



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXVII — Nº 074

QUARTA-FEIRA, 2 DE JUNHO DE 1982

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, Jarbas Passarinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 42, DE 1982

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.897, de 17 de dezembro de 1981, que “dispõe sobre a composição da Categoria Direção Superior do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, do Quadro Permanente do Ministério Público Federal, e dá outras providências”.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.897, de 17 de dezembro de 1981, que “dispõe sobre a composição da Categoria Direção Superior do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, do Quadro Permanente do Ministério Público Federal, e dá outras providências”.

Senado Federal, 1º de junho de 1982. — Senador *Jarbas Passarinho*, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, Jarbas Passarinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 43, DE 1982

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que “dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea, e dá outras providências”.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que “dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea, e dá outras providências”.

Senado Federal, 1º de junho de 1982. — Senador *Jarbas Passarinho*, Presidente.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 79ª SESSÃO, EM 1º DE JUNHO DE 1982

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

— Nº 106/82 (nº 221/82, na origem), restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado.

— Nº 107/82 (nº 222/82, na origem), de agradecimento de comunicação.

1.2.2 — Ofícios do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

Encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

— Projeto de Lei da Câmara nº 63/82 (nº 4.906/81, na Casa de origem), que modifica dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 — Código de Mineração, com as alterações posteriores.

— Projeto de Lei da Câmara nº 64/82 (nº 2.452/79, na Casa de origem), que altera o art. 7º da Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979 — Lei do Inquilinato.

1.2.3 — Pareceres

Referentes à seguinte matéria:

— Projeto de Lei do Senado nº 172/81.

1.2.4 — Comunicação da Presidência

— Arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 40/82 (nº 581/79, na Casa de origem), por ter recebido parecer contrário, quanto ao mérito, da comissão a que foi distribuído.

1.2.5 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 102/82-Complementar, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o PRORURAL.

1.2.6 — Comunicações da Liderança do PDS na Câmara dos Deputados

— De substituições de membros em comissões mistas.

1.2.7 — Discursos do Expediente

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Considerações sobre o relacionamento do Brasil com o Ocidente e com os países do Terceiro Mundo, enfocado pelo Presidente João Figueiredo, na Casa Branca, por ocasião de sua visita aos Estados Unidos.

SENADOR BERNARDINO VIANA — Dados sobre a execução dos projetos específicos e da infra-estrutura que ampara o Projeto Carajás.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Homenagem de pesar pelo passamento do ex-Senador Auro Soares de Moura Andrade.

SENADOR HUGO RAMOS — Justificação de projeto de lei do Senado que encaminha à Mesa, destinando ao Fundo de Assistência ao Atleta Profissional — FAAP, a renda líquida total de um dos concursos de prognósticos esportivos promovidos com base no Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, e dá outras providências.

1.2.8 — Leitura de Projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1982, de autoria do Sr. Senador Hugo Ramos, que destina ao Fundo de Assistência ao Atleta Profissional — FAAP, a renda líquida total de um dos concursos de prognósticos esportivos promovidos com base no Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, e dá outras providências.

— Projeto de Lei do Senado nº 104, de 1982, de autoria do Sr. Senador Gastão Müller, que faculta aos depositantes terem consignados em seus talões de cheques, fornecidos pelos estabelecimentos bancários, as referências que especifica e dá outras providências.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Resolução nº 160/81, que autoriza a Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 772.500.000,00 (setecentos e setenta e dois milhões e quinhentos mil cruzeiros). **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 225/81, que autoriza à Prefeitura Municipal de Florestal (MG) a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil e cento e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 122/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Aracaju (SE) a elevar em Cr\$ 12.634.800,00 (doze milhões, seiscentos e trinta e quatro mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 155/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Venécia (ES) a elevar em Cr\$ 14.091.700,00 (quatorze milhões, noventa e um mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 192/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Valinhos (SP) a elevar em Cr\$ 28.091.520,00 (vinte e oito milhões, noventa e um mil, quinhentos e vinte cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 183/81, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a elevar em Cr\$ 29.364.200,00 (vinte e nove milhões, trezentos e sessenta e quatro mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 258/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Boca do Acre (AM) a elevar em Cr\$ 8.613.200,00 (oito milhões, seiscentos e treze mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 266/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Catanduva (SP) a elevar em Cr\$ 39.300.000,00 (trinta e nove milhões e trezentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 25/82, que autoriza a Prefeitura Municipal de Alexânia (GO) a elevar em Cr\$ 7.279.000,00 (sete milhões, duzentos

e setenta e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 33/82, que autoriza a Prefeitura Municipal de Itapira (SP) a elevar em Cr\$ 29.745.360,00 (vinte e nove milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 13/79, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciante, na forma que especifica. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 329/80, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 164/81, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes Patrono da Força Aérea Brasileira. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 352/78, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 255/80, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º-salário devido aos trabalhadores avulsos. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 362/79, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Resolução nº 40/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Betim (MG) a elevar em Cr\$ 5.700.000,00 (cinco milhões e setecentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Apreciação sobrestada** por falta de *quorum* para votação do Requerimento nº 309/81.

— Projeto de Lei do Senado nº 309/79, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** por falta de *quorum* para votação do Requerimento nº 35/82.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR ALMIR PINTO — Combate à doença de Chagas.

SENADOR ITAMAR FRANCO — Ação do poder político e econômico na atual campanha eleitoral.

SENADOR ALBERTO SILVA — Improcedência das declarações do Governador do Estado do Piauí, veiculadas em órgão da Imprensa cearense, atribuindo a S. Exª a autoria do atentado à bomba ao jornal *Tribuna do Povo*, de sua propriedade. Irregularidades havidas na construção de conjunto habitacional em Teresina — PI.

SENADOR DIRCEU CARDOSO — Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Presidente do Senado, Senador Auro de Moura Andrade.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Palestra proferida pela Presidenta da LBA perante a Assembléia Nacional sobre Envelhecimento.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Contratação de candidatos aprovados em concurso público realizado pela CEF, em fins de 1980.

1.5 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Realização, amanhã, de sessão especial do Senado destinada a homenagear o professor Euryclides de Jesus Zerbini.

1.6 — ENCERRAMENTO

2 — RETIFICAÇÃO

Ata da 68ª Sessão, realizada em 20-5-82.

3 — SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas de 1º a 31 de maio de 82.

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 79ª SESSÃO, EM 1º DE JUNHO DE 1982

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. PASSOS PÓRTO E ALMIR PINTO

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Laélia de Alcântara — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Amaral Furlan — Henrique Santillo — Gastão Müller — José Fragelli — Affonso Camargo — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 33 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de Projeto de Lei sancionado:

Nº 106/82 (nº 221/82, na origem), de 31 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 1981 (nº 5.104/81, na Casa de origem), que autoriza a doação à Universidade Federal do Rio Grande do Norte de imóvel situado no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.995, de 31 de maio de 1982.)

De agradecimento de comunicação:

Nº 107/82 (nº 222/82, na origem), de 31 do corrente, relativa à aprovação das matérias constantes das Mensagens da Presidência da República nºs 62 e 70, de 1980, e 03, 125 e 149, de 1981.

OFÍCIOS

Do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 1982

(Nº 4.906/81, na Casa de origem)

Modifica dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 — Código de Mineração, com as alterações posteriores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os seguintes dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 318, de 14 de março de 1967, pelo Decreto-lei nº 330, de 13 de setembro de 1967, pelo Decreto-lei nº 723, de 31 de julho de 1969, pela Lei nº 6.403, de 15 de dezembro de 1976, e pela Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16.

I —

II — designação das substâncias a pesquisar, com referência à classe a que pertencerem; indicação da extensão superficial da área objetivada, em hectares, e da denominação do imóvel, Distrito, Município e Estado em que se situa.

Art. 55.

§ 1º

§ 2º A concessão de lavra somente é transmissível a quem for capaz de exercê-la de acordo com as disposições deste Código.

§ 3º As dívidas e gravames constituídos sobre a concessão resolvem-se com a extinção desta, ressalvada a ação pessoal contra o devedor.

§ 4º Os credores não têm ação alguma contra o novo titular da concessão extinta, salvo se esta, por qualquer motivo, voltar ao domínio do primitivo concessionário devedor.

Art. 56. A concessão de lavra poderá ser desmembrada em duas ou mais concessões distintas, a juízo do Departamento Nacional da Produção Mineral — DNPM, se o fracionamento não comprometer o racional aproveitamento da jazida e desde que evidenciadas a viabilidade técnica, a economicidade do aproveitamento autônomo das unidades mineiras resultantes e o incremento da produção da jazida.

Parágrafo único. O desmembramento será pleiteado pelo concessionário, conjuntamente com os pretendentes às novas concessões, se for o caso, em requerimento dirigido ao Ministro das Minas e Energia, entregue mediante recibo no Protocolo do DNPM, onde será mecanicamente numerado e registrado, devendo conter, além de memorial justificativo, os elementos de instrução referidos no art. 38 deste Código, relativamente a cada uma das concessões propostas.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 227, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

CÓDIGO DE MINERAÇÃO

CAPÍTULO III

Da Lavra

Art. 36. Entende-se por lavra o conjunto de operações coordenadas objetivando o aproveitamento industrial da jazida, desde a extração das substâncias minerais úteis que contiver, até o beneficiamento das mesmas.

Art. 37. Na outorga da lavra, serão observadas as seguintes condições:

I — a jazida deverá estar pesquisada, com o Relatório aprovado pelo DNPM;

II — a área de lavra será a adequada à condução técnico-econômica dos trabalhos de extração e beneficiamento, respeitados os limites da área de pesquisa.

Parágrafo único. Somente as empresas de mineração poderão habilitar-se ao direito de lavra, e não haverá restrições quanto ao número de concessões outorgadas a uma mesma empresa.

Art. 38. O requerimento de autorização de lavra será dirigido ao Ministro das Minas e Energia, pelo titular da autorização de pesquisa, ou seu sucessor, e deverá ser instruído com os seguintes elementos de informação e prova:

I — certidão de registro do Departamento Nacional do Registro do Comércio, da entidade constituída, que poderá ser firma individual de brasileiro ou sociedade organizada no País, ambas autorizadas a funcionar como empresa de mineração;

II — designação das substâncias minerais a lavrar, com indicação do ALvará de Pesquisa outorgado, e de aprovação do respectivo Relatório;

III — denominação e descrição da localização do campo pretendido para a lavra, relacionando-o, com precisão e clareza, aos vales dos rios ou córregos, constantes de mapas ou plantas de notória autenticidade e precisão, e estradas de ferro e rodovias, ou, ainda, a marcos naturais ou acidentes topográficos de inconfundível determinação; suas confrontações com autorizações de pesquisa e concessões de lavra vizinhas, se as houver, e indicação do Distrito, Município, Comarca e Estado, e, ainda, nome e residência dos proprietários do solo ou posseiros;

IV — definição gráfica da área pretendida delimitada por figura geométrica formada, obrigatoriamente, por segmentos de retas com orientação Norte-Sul e Leste-Oeste verdadeiros, com 2 (dois) de seus vértices, ou excepcionalmente 1 (um), amarrado a ponto fixo e inconfundível do terreno, sendo os vetores de amarração definidos por seus comprimentos e rumos verdadeiros, e configuradas, ainda, as propriedades territoriais por ela interessadas, com os nomes dos respectivos superficiários, além de planta de situação;

V — servidões de que deverá gozar a mina;

VI — plano de aproveitamento econômico da jazida, com descrição das instalações de beneficiamento;

Art. 55. Subsistirá a Concessão quanto aos direitos, obrigações, limitações e efeitos dela decorrentes, quando o concessionário a alienar ou gravar, na forma da lei.

§ 1º Os atos de alienação ou oneração só terão validade depois de averbados no livro de Registro das Concessões de Lavra.

§ 2º A concessão da lavra é indivisível e somente é transmissível a quem for capaz de exercê-la de acordo com as disposições deste Código.

Art. 56. As dívidas e gravames constituídos sobre a Concessão resolvem-se com a extinção desta, restando a ação pessoal contra o devedor.

Parágrafo único. Os credores não têm ação alguma contra o novo titular da concessão extinta, salvo se esta, por qualquer motivo, voltar ao domínio do primitivo concessionário devedor.

DECRETO-LEI Nº 723, DE 31 DE JULHO DE 1969

Dá nova redação ao art. 26 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 1º O art. 26 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 26. Cada pessoa, natural ou jurídica, poderá deter 5 (cinco) autorizações de pesquisa para cada substância mineral, e, no máximo, 50 (cinquenta) da mesma classe.

Parágrafo único. Desde que apresentado e aceito pelo Departamento Nacional da Produção Mineral o Relatório de Pesquisa de que trata o inciso VIII do art. 22 deste Código, considera-se encerrada a fase de pesquisa para os fins de limitação do número de autorizações."

Art. 2º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LEI Nº 6.403, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976

Modifica dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração), alterado pelo Decreto-lei nº 318, de 14 de março de 1967.

Art. 1º O § 1º do art. 8º; o art. 11; o item I do art. 16; os arts. 18, 19, 20 e 32; o item XVI do art. 47; e os arts. 75 e 76 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 318, de 14 de março de 1967, passam a vigorar com a seguinte redação, acrescido o seu art. 65 dos §§ 1º, 2º e 3º:

"Art. 8º

§ 1º A habilitação ao aproveitamento de substâncias minerais pelo regime de licenciamento depende da obtenção, pelo interessado, de licença específica, expedida pela autoridade da administração local no Município de situação da jazida, e da efetivação do respectivo registro no Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) mediante requerimento que será instruído e processado na forma estabelecida em Portaria do Diretor-Geral do referido Órgão.

Art. 11. Serão respeitados, na aplicação dos regimes de Autorização, Licenciamento e Concessão:

a) o direito de prioridade à obtenção da autorização de pesquisa ou do registro de licença, atribuído ao interessado cujo requerimento tenha por objeto área considerada livre, para a finalidade pretendida à data da protocolização do pedido no Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), atendidos os demais requisitos cabíveis, estabelecidos neste Código; e

b) o direito à participação nos resultados da lavra, em valor correspondente ao dízimo do imposto sobre minerais, aplicável, exclusivamente, às concessões outorgadas após 14 de março de 1967.

Art. 16

I — prova de nacionalidade brasileira, estado civil, profissão e domicílio do requerente, pessoa natural.

Em se tratando de pessoa jurídica, cópia do Alvará de autorização para funcionar como Empresa de Mineração, com a prova do

respectivo registro no órgão de Registro de Comércio de sua sede, prova do recolhimento dos emolumentos estabelecidos no art. 20 deste Código.

Art. 20. O requerimento da autorização de pesquisa sujeita o interessado ao pagamento de emolumentos, em quantia correspondente a 3 (três) vezes o maior valor de referência estabelecido de acordo com o disposto no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975, a qual deverá ser antecipadamente recolhida ao Banco do Brasil S.A., à conta do "Fundo Nacional de Mineração — Parte Disponível", instituído pela Lei nº 4.425, de 8 de outubro de 1964.

§ 1º O requerente terá direito à restituição da importância relativa aos emolumentos, nos seguintes casos:

a) se o pedido for indeferido com fundamento no art. 17, caput e no § 1º do art. 18 deste Código; e

b) se o pedido for indeferido por falta de assentimento de órgão ou entidade públicos exigível para a outorga da autorização, na forma da lei.

§ 2º Encontrando-se livre a área objetivada, e satisfeitas as exigências deste Código, o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) expedirá ofício ao requerente convidando-o a efetuar no prazo de 30 (trinta) dias, contados de sua publicação no *Diário Oficial* da União o pagamento das despesas inerentes à publicação do Alvará de Pesquisa, devendo apresentar ao mencionado Órgão, no mesmo prazo, o respectivo comprovante.

§ 3º Se o requerente deixar de atender, no prazo próprio, ao disposto no parágrafo anterior, o pedido será indeferido e o processo arquivado, por despacho do Diretor-Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM)."

LEI Nº 6.567, DE 24 DE SETEMBRO DE 1978

Dispõe sobre regime especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais que especifica, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O aproveitamento das substâncias minerais enquadradas na Classe II, a que se refere o art. 5º do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração), de argilas empregadas no fabrico de cerâmica vermelha e de calcário dolomítico empregado como corretivo de solos na agricultura far-se-á, exclusivamente, por licenciamento, na forma das disposições desta Lei, ressalvada a hipótese prevista no art. 12.

Parágrafo único. As substâncias minerais referidas neste artigo, quando ocorrentes em área vinculada a concessão de lavra ou manifesto de mina, poderão ser aproveitadas mediante aditamento aos respectivos títulos, na forma prevista no art. 47, parágrafo único, do Código de Mineração.

Art. 2º O aproveitamento mineral por licenciamento é facultado exclusivamente ao proprietário do solo ou a quem dele tiver expressa autorização, salvo se a jazida situar-se em imóveis pertencentes à pessoa jurídica de direito público, bem como na hipótese prevista no § 1º do art. 10.

Art. 3º O licenciamento depende da obtenção, pelo interessado, de licença específica, expedida pela autoridade administrativa local, no município de situação da jazida, e da efetivação do competente registro no Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), do Ministério das Minas e Energia, mediante requerimento cujo processamento será disciplinado em portaria do Diretor-Geral desse órgão, a ser expedida no prazo de 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei.

Parágrafo único. Tratando-se de aproveitamento de jazida situada em imóvel pertencente a pessoa jurídica de direito público, o licenciamento ficará sujeito ao prévio assentimento desta e, se for o caso, à audiência da autoridade federal sob cuja jurisdição se achar o imóvel, na forma da legislação específica.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Minas e Energia.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 1982

(Nº 2.452/79, na Casa de origem)

Altera o art. 7º da Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979 — Lei do Inquilinato.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º O contrato de locação ajustado pelo usufrutuário ou fiduciário termina com a extinção do usufruto ou fideicomisso, salvo se com ele anuiu, por escrito, o nu-proprietário ou o fideicomissário, ou se a propriedade se consolidar em mãos do usufrutuário ou do fiduciário.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.649, — DE 16 DE MAIO DE 1979

Regula a locação predial urbana, e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

SEÇÃO I

Da Locação em Geral

Art. 1º A locação do prédio urbano regula-se pelo disposto nesta Lei.

§ 1º Aplica-se à sublocação o disposto quanto à locação, no que couber.

§ 2º As locações para fins comerciais ou industriais continuam regidas pelo Decreto nº 24.150, de 20 de abril de 1934.

§ 3º Não proposta a ação renovatória do contrato, prevista no Decreto nº 24.150, de 20 de abril de 1934, sujeita-se a locação ao regime instituído nesta Lei.

§ 4º A locação dos prédios urbanos de propriedade da União continua regida pela legislação que lhe é própria.

§ 5º Havendo mais de um locador ou mais de um locatário, entende-se que são solidários, se o contrário não se estipulou.

Art. 2º O contrato de locação pode ser ajustado por qualquer prazo; se por mais de 10 (dez) anos, depende de vênica conjugal.

Art. 3º Havendo prazo estipulado para a duração do contrato, não poderá o locador, antes do vencimento, reaver o prédio alugado; nem o locatário poderá devolvê-lo ao locador, senão pagando multa (vetado).

Art. 4º A partir do término do contrato, enquanto o locatário continuar na posse do prédio alugado, a relação de locação reger-se-á pelas condições do contrato terminado, com as modificações decorrentes do disposto nesta Lei.

§ 1º Seja qual for o fundamento do término da relação de locação, a ação do locador para reaver o prédio alugado é a de despejo.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica se a relação de locação termina em decorrência de desapropriação, com imissão do expropriante na posse do prédio alugado.

Art. 5º O contrato por tempo determinado cessa, de pleno direito, findo o prazo estipulado, independentemente de notificação ou aviso, (vetado).

Parágrafo único. (Vetado), findo o prazo contratual, (vetado) presumir-se-á prorrogada a locação, nas condições ajustadas, mas sem prazo determinado.

Art. 6º O locatário pode, mediante notificação ou aviso ao locador, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, dar por findo o contrato por tempo indeterminado.

Art. 7º O contrato de locação ajustado pelo usufrutuário ou fiduciário termina com a extinção do usufruto ou fideicomisso, salvo se com ele anuiu, por escrito, o nu-proprietário ou o fideicomissário, ou se a propriedade se consolidar em mãos do usufrutuário.

(À Comissão de Constituição e Justiça.)

PARECERES

PARECERES Nºs 444 E 445, DE 1982

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 172, de 1981, que “dispõe sobre a não aplicação do requisito de limite de idade para a concessão de aposentadoria especial às categorias que especifica”.

PARECER Nº 444, DE 1982

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Bernardino Viana.

Com o presente Projeto, de autoria do nobre Senador Cunha Lima, pretende-se exatamente o seguinte:

“Inaplica-se às categorias de segurados da previdência social beneficiadas pela Lei nº 5.527, de 8 de novembro de 1968, a exigência de limite de idade para a obtenção da aposentadoria especial a que façam jus.”

O Projeto refere-se àquelas categorias que, anteriormente beneficiadas com a aposentadoria especial (art. 32 da Lei nº 3.807/60), perderam-na e, em seguida, nelas foram restabelecidas (pela Lei nº 5.527/68), mas com restrições de direitos. Para tais categorias, inovou-se a exigência do requisito de limite mínimo de idade, o que não era ressaltado pela legislação anterior.

Tais categorias, em consequência, foram prejudicadas sensivelmente, pois se passou a exigir-lhes o que a lei não exige para outras categorias econômicas.

Essa matéria foi amplamente debatida na Comissão de Legislação Social e na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, quando se aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 5/80, que propugnou idêntica medida, e hoje se encontra sob a apreciação da Câmara dos Deputados.

Matéria idêntica, pois, foi aprovada recentemente pelo Senado e, em seguida, submetida à outra Casa do Congresso, através do Ofício nº 151, de 8 de abril do corrente ano.

O presente Projeto, em consequência, está prejudicado, não se justificando que liberássemos uma proposição quando outra, versando o mesmo assunto, já foi aprovada pelo Senado e, presentemente, encontra-se sob a revisão da Câmara.

Isto posto, opino pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 172/81.

Este o meu Parecer.

Sala das Comissões, 24 de março de 1982. — *Lenoir Vargas*, Presidente — *Bernardino Viana*, Relator — *José Lins* — *Raimundo Parente* — *Franco Montoro* — *Dirceu Cardoso* — *José Fragelli* — *Almir Pinto*.

PARECER Nº 445, DE 1982

Da Comissão de Legislação Social

Relator: Senador Henrique Santillo

Vem ao exame desta Comissão o presente projeto, de autoria do eminente Senador Cunha Lima, que objetiva suprimir da legislação específica a exigência do limite de idade para a concessão de aposentadoria especial aos segurados exercentes de atividades insalubres, penosas ou perigosas.

Tal exigência, atualmente inexistente na Lei Orgânica da Previdência Social, veio a ser mantida para algumas categorias de segurados por força das disposições da Lei nº 5.527, de 1968, embora, pouco antes, no mesmo ano, o Congresso Nacional tivesse aprovado uma outra lei, a de nº 5.440-A, que suprimira, de modo irrestrito, o limite de idade para os fins da aposentadoria.

A matéria já foi objeto de análise pelo Senado Federal quando da tramitação do Projeto nº 5, de 1980, de autoria do ilustre Senador Nelson Carneiro.

No parecer então aprovado nesta Comissão, a par de outras considerações de ordem jurídica, evidenciou-se o caráter iníquo da lei vigente ao criar discriminação odiosa para alguns trabalhadores que ficaram excluídos da norma geral, embora a similitude de suas atividades com outras categorias, também exercentes de atividades insalubres ou perigosas, não justificasse semelhante diferenciação.

Além disso, em termos práticos, resulta totalmente ineficaz o benefício da aposentadoria especial quando condicionado ao implemento dos 50 anos de idade. Assim, por exemplo, numa atividade de “risco máximo”, o trabalhador jamais terá a sua aposentadoria após 15 anos de serviço, como lhe facultava a lei, pois se começar a trabalhar aos 21 anos, terá de aguardar mais 29 anos para se aposentar.

A douta Comissão de Constituição e Justiça votou pela prejudicialidade do presente projeto em face de se encontrar em tramitação, na Câmara dos Deputados, o Projeto nº 5/80 aqui referido. Parece-nos que a prejudicialidade argüida não encontra amparo regimental para essa hipótese, pois os projetos se encontram em andamento em Casas distintas. No caso, caberá a Câmara dos Deputados tomar essa iniciativa se este projeto lá chegar antes que o outro seja votado.

Ante ao exposto e corroborando o parecer anterior desta Comissão sobre a matéria, opinamos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, 27 de maio de 1982. — *Raimundo Parente*, Presidente — *Henrique Santillo*, Relator — *Almir Pinto* — *Eunice Michiles* — *Aloysio Chaves*.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A Presidência comunica que, nos termos do art. 278 do Regimento Interno, determinou o arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 1982 (nº 581/79, na Casa de origem), que cria o Dia do Empresário Brasileiro e dá outras providências, por ter recebido parecer contrário, quanto ao mérito, da Comissão a que foi distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 102, DE 1982 — COMPLEMENTAR

Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o PRORURAL.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. Os serviços de saúde serão prestados aos beneficiários, na escala permitida pelos recursos orçamentários do FUNRURAL, em regime de gratuidade total.

Parágrafo único. A remuneração de médicos e hospitais será feita em conformidade com os serviços efetivamente prestados.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Os trabalhadores rurais de todo o País, reunidos no seu 3º Congresso Nacional, discutindo acerca dos problemas relacionados com a insatisfatória prestação de serviços previdenciários de saúde no meio rural, acabaram por fazer duas ponderações da maior importância.

A primeira diz respeito à inadequação do dispositivo legal que permite o pagamento de serviços de assistência médica, pelo próprio trabalhador, atendido o critério de renda familiar. Ora, se esse critério fôsse realmente levado em consideração, o trabalhador rural jamais poderia ser encargado com qualquer tipo de pagamento de assistência médica, eis que todos sabemos das dificuldades porque passam os rurícolas e suas famílias quanto a esta questão de remuneração, sempre aquém das necessidades primárias. Por isto que, a nós ver, os trabalhadores rurais, incluindo, pois, os pequenos produtores, não devem pagar nada a título de assistência médica e hospitalar.

Por outro lado, a assistência médica e hospitalar prestada aos trabalhadores rurais não é boa. O trabalhador, via de regra, não é atendido de acordo com as suas necessidades, havendo casos em que o recebem e o tratam como a um indigente, como a um desvalido.

Os hospitais recebem uma certa importância, em dinheiro, para dar assistência. Tal importância é marcada e é paga por mês. Esse jeito de pagar faz com que muitos hospitais não se interessem em dar atendimento eficaz ao trabalhador rural. Tendo a importância garantida, por mês, quanto menor número de pessoas atender, melhor será para o hospital. Por isso, põem os hospitais todas as dificuldades para receber e tratar o trabalhador rural.

Já a maneira de pagar a assistência médica para os trabalhadores da cidade é mais justa e mais eficiente. Para os trabalhadores da cidade essa assistência é paga de acordo com a quantidade de pessoas atendidas e de acordo com o serviço efetivamente prestado.

Tais são, por conseguinte, as modificações que queremos obter com o projeto de lei ora oferecido à consideração da Casa, em atenção a pedido do Sr. Helio Souza Oliveira, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Estância.

Como não se trata de criação, majoração ou ampliação de benefícios previdenciários, senão que de novo disciplinamento de um serviço já existente

(o da assistência médica), desnecessário se torna indicar fonte de custeio, devendo ser lembrado, por outro lado, que a assistência médica do PRORURAL obedece às limitações permitidas pelo orçamento do FUNRURAL.

Sala das Sessões, 1º de junho de 1982. — *Nelson Carneiro*.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 11, DE 25 DE MAIO DE 1971

Art. 12. Os serviços de saúde serão prestados aos beneficiários, na escala que permitirem os recursos orçamentários do FUNRURAL, em regime de gratuidade total ou parcial, segundo a renda familiar do trabalhador ou dependente.

(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Sobre a mesa, comunicações que vão ser lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguintes

Ofício nº 173/82

Brasília, 1º de junho de 1982

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Exª, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou substituir o nome do Senhor Deputado Ruy Bacelar, pelo do Senhor Deputado Nilson Gibson, na Comissão Mista incumbida do estudo e parecer sobre a Mensagem nº 51/82, que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 1.920/82, que “reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias do Tribunal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal, e dá outras providências”.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª os meus protestos de alta estima e distinta consideração. — Deputado *Cantídio Sampaio*, Líder do PDS.

Ofício nº 174/82

Brasília, 1º de junho de 1982

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Exª, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou substituir o nome do Senhor Deputado Jairo Magalhães, pelo do Senhor Deputado Nilson Gibson, na Comissão Mista incumbida do estudo e parecer sobre a Mensagem nº 52/82-CN, que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 1.921/82, que “reajusta os vencimentos e proventos dos funcionários do Quadro das Secretarias da Justiça Federal de Primeira Instância, e dá outras providências”.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª os meus protestos de alta estima e distinta consideração. — Deputado *Cantídio Sampaio*, Líder do PDS.

Ofício nº 175/82

Brasília, 1º de junho de 1982

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Exª, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou substituir o nome do Senhor Deputado Wilson Falcão, pelo do Senhor Deputado Nilson Gibson, na Comissão Mista incumbida do estudo e parecer sobre a Mensagem nº 53/82-CN, que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 1.922/82, que “reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar, e dá outras providências”.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª os meus protestos de alta estima e distinta consideração. — Deputado *Cantídio Sampaio*, Líder do PDS.

Ofício nº 176/82

Brasília, 1º de junho de 1982

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Exª, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou substituir os nomes dos Senhores Deputados Vício Faccioni, Osvaldo Melo e Túlio Barcelos, pelos dos Senhores Deputados Nilson Gibson, Albérico Cordeiro e Djalma Bessa, respectivamente, na Comissão Mista incumbida do estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 11/82-CN, que “institui Programa de Previdência Social dos Estudantes, nas condições que estabelece”.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª os meus protestos de alta estima e elevada consideração. — Deputado *Cantídio Sampaio*, Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Serão feitas as substituições solicitadas.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

As pressões e os desejos de muitos não conseguiram levar o Presidente Figueiredo a desistir de sua viagem a Washington que, afinal, transcorreu de maneira mais positiva do que se poderia esperar, dado o momento crítico em que se realizava.

Ambicionando levar a Reagan a proposta diplomática brasileira capaz de reconstituir laços de confiança entre os países do Continente ou, pura e simplesmente, tentando separar, com dignidade, complexas questões políticas de uma pauta de problemas bilaterais de ordem econômica, a verdade é que o discurso do Chefe da Nação Brasileira nos jardins da Casa Branca foi não apenas objetivo, mas também polêmico.

A opinião pública acolheu-o com aplausos pelo seu tom forte e independente, mas uns poucos segmentos não deixaram de apontar o que julgaram ser incoerência de algumas de suas passagens.

Duas proposições básicas do referido discurso resumem a essência do posicionamento presidencial:

I — O Brasil é um país do Ocidente e do Terceiro Mundo, um país latino-americano marcado pela herança africana que recebeu, entre outras;

II — A política exterior brasileira quer traduzir, no plano internacional, essa inestimável riqueza de nossa experiência histórica.

Embora a segunda proposição tenha sido pronunciada, como decorrência da primeira, teve sucesso maior perante a opinião pública.

Eis porque desejamos, desta tribuna, tecer algumas considerações sobre o problema.

E invertendo a ordem dos enunciados, tratemos em primeiro lugar da segunda e mais pacífica proposição: "A política exterior brasileira quer traduzir, no plano internacional, a inestimável riqueza de nossa experiência histórica".

Na verdade, uma posição de ecumenismo pragmático tem sido a meta da política externa do Brasil que, avesso à idéia de alinhamentos, alianças e formação de blocos tem sabido dialogar com a África e a América Latina, em geral, numa perspectiva Sul/Sul, sem detrimento de um intercâmbio permanente e duradouro com os países europeus, aos quais também se filia a nossa tradição cultural.

Nosso Ministro das Relações Exteriores, o Embaixador Saraiva Guerreiro, demonstrou recentemente em conferência na Escola Superior de Guerra quais são as afinidades e as prioridades do nosso país em matéria de parceria comercial e cultural.

E evidenciou o sucesso de nossa atual política latino-americana que tem sabido manter sólida amizade com os povos irmãos do Continente, desenvolvendo com elas relações equilibradas de cooperação comercial, econômica, técnica, cultural e política.

O Presidente Figueiredo tem sabido manter-se à frente desta nova diplomacia visitando com frequência os países vizinhos da América do Sul e acelerando o ritmo de nossas trocas e contatos.

O Sr. Itamar Franco — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Itamar Franco — No momento em que V. Ex^a aborda a política externa e fala das viagens de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, ocorre-me Senador Jutahy Magalhães, a lembrança de um projeto que tenho tramitando no Senado Federal, exigindo que o Congresso tome conhecimento, oficialmente, e não através da imprensa, da política brasileira no exterior. V. Ex^a acaba de citar a visita do Presidente da República nos Estados Unidos, particularmente em Washington. Qual o relatório que o Congresso Nacional recebeu desta viagem? S. Ex^a foi aos Estados Unidos, com a autorização da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. S. Ex^a já regressou dos Estados Unidos. Oficialmente, o que o Congresso Nacional conhece dos entendimentos mantidos pelo Senhor Presidente da República? Em alguns casos, os acordos nem são enviados ao Congresso Nacional. Eu não me canso de citar aqui o exemplo da viagem do Senhor Presidente da República à Argentina, quando foram assinados acordos, inclusive no campo nuclear, desconhecidos do Congresso Nacional. É salutar ver V. Ex^a falar da política externa e particularmente desse intercâmbio que se estabelece através de visitas presidenciais. Nós não somos contra, mas somos favoráveis a que o Congresso Nacional tenha efetivamente um relatório do que se passou no campo da política externa.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a interferência de V. Ex^a no pronunciamento que faço neste instante. V. Ex^a tem toda a razão. Apenas acharia que não deveria ser necessário nós aqui votarmos um projeto exigindo a remessa de relatórios. Isso deveria ser feito espontaneamente por parte do Executivo. Mas, levando em consideração o fato disso não ocorrer, V. Ex^a apresenta um projeto, que deve ser examinado e, se possível, aprovado. Então, veja V. Ex^a que concordo plenamente, porque acho que mais do que exigido deveria ser espontâneo. O Senado Federal deveria ter uma maior participação na política externa brasileira. Deveria ser também do interesse dos Srs. Senadores debater mais esse problema da política externa; como deveria ser um compromisso do Executivo para com o Legislativo, de remeter os fatos para análise do Senado Federal, que é o fórum próprio para a discussão da política externa brasileira. Nisso eu concordo plenamente com V. Ex^a quando procura meios para fazer com que isso não ocorra, e o meio que V. Ex^a encontrou foi o da apresentação do projeto, exigindo a remessa do relatório.

O Sr. Itamar Franco — Exatamente, Senador Jutahy Magalhães. E meus parabéns a V. Ex^a. Mas se não for através de um projeto, nós esperarmos a geração espontânea do Governo será muito difícil.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Ex^a pode não acreditar que isto ocorra, mas nós temos que tentar e fazer com que o Legislativo seja mais atendido nas suas pretensões, e no seu poder também deve ser atendido pelos próprios Srs. Senadores, que devem tratar mais de problemas como este que nós estamos tratando no momento.

O Sr. Bernardino Viana — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Com muito prazer.

O Sr. Bernardino Viana — Queria apenas dar a minha opinião a respeito das atividades desenvolvidas numa viagem dessas, pelo Senhor Presidente da República. Quero referir que o Senado Federal autorizou, a pedido de Sua Excelência, a ida de um observador parlamentar para acompanhá-lo aos Estados Unidos, o nobre Senador José Sarney, e creio também que foi um da Câmara. Na condição de observador, o nobre Senador José Sarney deverá apresentar relatório sobre as atividades desenvolvidas inclusive pelo Poder Executivo no exterior; e também quero esclarecer que não há um acordo que o Governo brasileiro faça, no exterior, que possa ter validade ou execução sem aprovação da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. E nós aprovamos, todas as semanas, às quintas-feiras, dois ou três acordos. Agora mesmo, nesta última, foi relator de dois o nobre Senador Mauro Beneditos, e de outro o Senador Tancredo Neves. Eram os esclarecimentos que eu queria prestar a V. Ex^a.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Ex^a, Senador Bernardino Viana ...

O Sr. Itamar Franco — V. Ex^a me permite, nobre Senador Jutahy Magalhães?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Nobre Senador Itamar Franco, permita-me apenas manifestar uma opinião a respeito do aparte do Senador Bernardino Viana. S. Ex^a lembra bem que nós tivemos um representante do Senado na comitiva do Senhor Presidente da República, na viagem aos Estados Unidos. Eu lembraria que, no passado, eu tenho o exemplo, quando o General Juracy Magalhães era Ministro das Relações Exteriores e houve a Conferência da Foz do Iguaçu, na qual surgiu a famosa Ata das Cataratas; e nesta viagem o Ministério das Relações Exteriores, o Ministro, portanto, fazia-se acompanhar de representantes do Senado e da Câmara; não acompanharam apenas na comitiva. Os representantes do Congresso Brasileiro participavam de reuniões, participavam de conversas com o Sr. Ministro. Quando terminavam as reuniões de trabalho, eles participavam para também dar opiniões e discutir os problemas que tinham sido abordados naquelas reuniões de trabalho entre os dois Ministros do Brasil e do Paraguai. Então, essas viagens feitas anteriormente, no período do Presidente Castello Branco e de outros Presidentes, deveriam voltar a ser uma norma em que o Presidente da República quando viajasse se fizesse acompanhar de representantes do Congresso Nacional, não apenas como membros da comitiva, mas também como aqueles que vão trabalhar e examinar os problemas que serão discutidos em suas viagens ao exterior.

Esta, Sr. Senador Bernardino Viana, é a minha opinião, a opinião de quem quer ver este Congresso Nacional cada vez mais fortalecido.

Agora, terei o prazer de ouvir V. Ex^a, eminente Senador Itamar Franco.

O Sr. Itamar Franco — V. Ex^a já respondeu, em parte, ao Senador Bernardino Viana. E veja V. Ex^a a diferença que se coloca aqui. Primeiro, que o

Senador José Sarney, ilustre companheiro nosso, com todas as qualificações e honrarias que merece da Casa, ele apenas solicitou licença à Casa porque foi convidado pelo Chefe do Poder Executivo. Quando se fala em relatório, fala-se em relatório de um poder para outro. E o Senador Bernardino Viana diz que os acordos são sempre trazidos ao conhecimento do Congresso Nacional. Eu vou mais além, dizendo que há acordos que nem foram traduzidos para a nossa língua e já estão em vigor, Senador Jutahy Magalhães, e basta o Senador Bernardino Viana compulsar os anais da Comissão de Relações Exteriores que ele vai encontrar requerimentos nossos de informações nesse sentido.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Os acordos devem ser aprovados pelo Congresso Nacional. Alguns entram em execução antes da aprovação *ad referendum* do Congresso Nacional. Isto ocorre, realmente, mas todos têm de vir ao Congresso Nacional para exame desta Casa.

Continuando, Sr. Presidente:

O Continente africano também tem sido objeto de uma maior aproximação com o Brasil.

E nossas relações mais recentes com estes povos, que influenciaram a nossa cultura, têm-se mostrado plenas de dinamismo e objetividade e estão longe de exaurir todo o seu potencial.

O único obstáculo a um intercâmbio maior parece ser, segundo a própria diplomacia brasileira, a escassez de recursos à disposição do nosso Governo para os empreendimentos conjuntos de maior porte.

Mas, nem por isso, congelamos o ritmo de nossas negociações com os países europeus. As relações do Brasil com os países industrializados representam, segundo afirmação de nosso Chanceler, um capítulo de importância fundamental no conjunto de nossa atividade externa e, sendo assim, nossas relações bilaterais com eles expandem-se em vínculos de cooperação mutuamente vantajosa.

Eis por que foi louvado o Presidente Figueiredo por ter podido mostrar ao Presidente americano o caminho universalista de nossa política externa, que tem diversificado as nossas áreas de interesse.

O que a alguns não agradou, repetimos, foi o fato de afirmar o Chefe de Estado Brasileiro que o “Brasil é um país do Ocidente e do Terceiro Mundo, um país latino-americano marcado pela herança africana que recebeu, entre outras”.

Se é insófismável a nossa identificação como país latino-americano, herdeiro de tradições africanas, a muitos pareceu chocante a nossa caracterização anfíbia de país, ao mesmo tempo, do Ocidente e do Terceiro Mundo.

Muitos jornais repeliram a conjunção dos dois vocábulos e viram incoerência, senão humilhação, na frase do Presidente.

Relembremos, neste particular, algumas passagens de um editorial do *Jornal do Brasil*, de 17 de maio último, criticando o chamado “conceito vazioso” de Terceiro Mundo, nestes termos:

“Sabe-se o que significa Ocidente, na dimensão política, cultural e histórica, que enriqueceu o conceito geográfico da palavra: o Brasil tem uma identidade liberal e governo representativo como credenciais para fazer parte do conjunto de nações que elegeram as liberdades políticas e as garantias individuais como patrimônio da civilização.”

E o artigo continua mostrando que, ao lado do mundo ocidental e do mundo socialista ou marxista, surgiu “a canhestra tentativa de criação de um terceiro, integrado pelas nações que não foram capazes de se desenvolver econômica, social e politicamente pelos padrões vigentes nas sociedades liberais ou nos regimes sob controle do Estado”.

Afirmando que não há critério, nem teórico, nem prático para definir este conceito, conclui o artigo que traço mais atuante dos países que se dispõem o tratamento fraterno de membros de um Terceiro Mundo é o ressentimento econômico.

Diante disso, “os conceitos de nação ocidental e membro do Terceiro Mundo são incompatíveis no mesmo discurso”, ao mesmo tempo em que o nebuloso, ambíguo e impreciso conceito “sempre se apresenta ao arrepio da melhor tradição diplomática nacional”.

E esta última observação do editorialista mostra o quanto ele se distancia da nova retórica diplomática.

Há muito tempo a diplomacia brasileira deixou de ver na caracterização do Brasil como país do Terceiro Mundo um conteúdo pejorativo e humilhante e resolveu, até mesmo, tirar partido desta situação de inferioridade frente ao mundo desenvolvido para manter-se no gozo de algumas vantagens ou garantias, que a ordem econômica internacional concede a seus membros mais pobres.

Todos nós sabemos que um dos assuntos que o Presidente Figueiredo foi discutir com o Presidente Reagan foi exatamente a tese da graduação, que os Estados Unidos vêm utilizando no Banco Mundial para negar certas vantagens aos países mais evoluídos, que compõem o mundo subdesenvolvido.

É sabido que o nosso Chanceler tem repudiado com veemência a tese da graduação afirmando que o Brasil “envaidecido não se deixará enganar pelos rótulos de país recentemente industrializado ou de país em desenvolvimento avançado, cujo objetivo é simplesmente o de nos separar dos demais países do Sul e assim, com aparente legitimidade, nos negar os benefícios da cooperação internacional”.

A propósito, convém salientar que em sua saudação ao nosso Chefe de Estado disse o Presidente Reagan que o Brasil não é mais o país do futuro, não podendo, portanto, continuar a ser visto pelas suas potencialidades e sim pela sua capacidade e por aquilo que está realizando em progressos de ordem política, econômica e social.

E diante desta rotulação nova prefere o nosso país não se considerar em desenvolvimento relativo, dizendo-se ocidental e do Terceiro Mundo.

Quase todos os pronunciamentos recentes do Ministro Saraiva Guerreiro dão-nos conta desta opção deliberada.

Vejamos alguns deles:

Em 30 de novembro último falando na Chatham House, o Real Instituto de Relações Internacionais de Londres afirmou:

“Por ser o Brasil, ao mesmo tempo um país ocidental e do Terceiro Mundo, ousa acreditar que tenhamos uma sensibilidade especialmente aguçada...”

“Não tenho dúvida de que a generalidade dos países do Terceiro Mundo prefere que vençam as práticas de tolerância e os modos de convivência democrática na Sociedade dos Estados. Temos talvez pouco poder para influenciar os resultados deste processo, mas sabemos que não devemos nos omitir.”

“Os repetidos obstáculos à criação de condições propícias ao desenvolvimento equilibrado do comércio internacional exprimem, no fundo, a dificuldade ocidental de absorver, como parceiros iguais, no plano econômico, assim como no político, os países do Terceiro Mundo, especialmente os que ainda vivem a tradição limitativa da monocultura.”

“De qualquer modo, a proposta brasileira que se coaduna com a dos países do Terceiro Mundo, é a de que é fundamental incorporar o elemento “transformação” para que efetivamente se possa organizar uma sociedade internacional mais confiante e menos propensa a tensões.”

É, pois, evidente que a posição inferior de país do Terceiro Mundo favorece mais ao Brasil, já que lhe dá acesso fácil aos outros países em situação semelhante, que poderão reivindicar conosco e, com mais peso, uma ordem econômica internacional mais justa, conseguindo, talvez, levar ao sucesso prático a acariciada tese das negociações globais, no sentido de discutir, em bases coordenadas e em termos integrados, cada uma das grandes áreas em que se desdobra o problema Norte-Sul.

O Sr. Bernardino Viana — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Com muito prazer, nobre Senador Bernardino Viana.

O Sr. Bernardino Viana — Enquanto o Presidente Ronald Reagan faz este conceito do Brasil, e quer inclusive eliminar a graduação que nos favorece na obtenção dos financiamentos do Banco Mundial, o Ministro da Arábia Saudita, que nos visitou, estabeleceu um paralelo entre o Brasil, Bangladesh, Polônia e Romênia. Muito obrigado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Senador Bernardino Viana, V. Ex^a enriquece este meu pronunciamento com este depoimento, mostrando que nós devemos manter essa tônica de que somos participantes também do Terceiro Mundo.

Em outra célebre conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra, em 4 de setembro último, o Ministro Saraiva Guerreiro contestou aqueles que chegam a afirmar que o “Sul” não existe como entidade, nem como realidade político-econômica porque os países que o compoem são diversificados étnica, cultural e geograficamente, assim como separados por consideráveis distâncias, mesmo no plano econômico.

E afirmou que “é impossível negar a existência e o caráter universal dos desequilíbrios”, bem como “o fenômeno global do subdesenvolvimento”.

Eis por que afirma que "os países desenvolvidos do Ocidente deveriam, portanto, ter uma percepção mais nítida da dimensão essencialmente *ocidental* do relacionamento Norte/Sul, pois as economias industrializadas e em desenvolvimento compõem um sistema, uma totalidade".

E, melhor que em qualquer outro texto, relembra o nosso Ministro de Relações Exteriores a posição dúplice do Brasil:

"Somos um país em desenvolvimento que necessita superar os obstáculos à afirmação nacional e ao desenvolvimento. A manutenção das atuais condições internacionais nos é nociva."

E situa nesse desejo de transformação da ordem econômica internacional a nossa identificação como país em desenvolvimento. Nisso está a coincidência maior entre nosso interesse como Nação individual e como *parte do Terceiro Mundo*, pois são os países em desenvolvimento os principais promotores de uma nova ordem econômica internacional.

E mais adiante, declara Saraiva Guerreiro:

"As opções do Brasil são também *ocidentais*, coerentes que somos com certas concepções de vida e ideais que são nossos. Pertencemos ao Ocidente, e temos tanto direito quanto quem mais de interpretá-lo. Ocidente que tem como característica essencial o respeito aos valores de liberdade, igualdade, pluralismo... Por isso mesmo, negamos como espúrias certas aberrações de valores ocidentais, como as formas coloniais, as hegemonias, etc.

Os ideais democráticos de igualdade, independência e respeito à diversidade nas relações entre as nações, que constituem o patrimônio da *cultura ocidental*, são plenamente compartilhados pelos países em desenvolvimento e, até, por eles, às vezes, mais firmemente praticados."

E, nesta brilhante conferência, dá o nosso Chanceler uma resposta antecipada àqueles que viram incoerência nas classificações do Presidente Figueiredo, tendo em vista que declarou:

"Os anseios de progresso, justiça e participação que caracterizam o Terceiro Mundo são *inteiramente compatíveis* com as regras e expectativas de comportamento das nações do Ocidente.

Defender uma nova ordem econômica internacional baseada na igualdade, na representatividade, no respeito mútuo e na cooperação é *coerente* não só com os *princípios*, mas também com os *interesses* mais profundos e permanentes do Ocidente."

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem! Palmas!*)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardino Viana.

O SR. BERNARDINO VIANA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Volto hoje a falar do projeto Carajás, com dados atualizados sobre o esquema que foi montado para execução dos projetos específicos e da infraestrutura que ampara o empreendimento.

Os projetos específicos são: o ferro Carajás, a cargo da Cia. Vale do Rio Doce; e o minero-metalúrgico para produção de alumina e alumínio, a partir da bauxita, a cargo da ALBRÁS, ALUNORTE e ALUMAR.

O investimento do projeto do ferro eleva-se a 4.651,4 milhões de dólares, incluindo juros, despesas pré-operacionais, capital de giro, imobilizado, etc.

A infra-estrutura de apoio a esse projeto, que compreende a Ferrovia São Luís/Carajás, numa extensão de 890 km, e o Porto da Madeira, em São Luís do Maranhão, com capacidade de acostamento de navios de até 270 tdw, está orçada em 2.192,4 milhões de dólares, sendo 1.843,6 milhões para a estrada de ferro e 248,8 milhões para o porto.

O projeto descrito prevê exportação de 85 bilhões de dólares até o ano 2000, com repercussões no setor logo a partir de 1985, e reativação da indústria nacional de bens de capital.

No que tange às exportações, estimam-se em 15 milhões de toneladas em 1985; 25 milhões, em 1986; e 35 milhões, a partir de 1987, com geração de divisas de 651,7 milhões de dólares. A propósito, já foram firmados, em 1981, os seguintes contratos: Japão, 10 milhões de toneladas/ano de minério de ferro; Alemanha Ocidental, 6 milhões; França, 3,2 milhões; Itália, 2,5 milhões; Bélgica, 2 milhões; Coreia do Sul, 1 milhão.

Até outubro de 1981, já haviam sido investidos 520 milhões de dólares, dos quais 252 milhões só no exercício, e gerados 23.000 empregos na implantação do complexo mina-ferrovia-porto.

Os trabalhos de lavra e beneficiamento tiveram início no trimestre passado, com o decapeamento da área de lavra, a extração do minério de ferro para alimentar a usina piloto, que tem capacidade de operar 400 t/hora, para caracterização e testes de minério e dos equipamentos de beneficiamento, preparação de amostras em escala semi-industrial e treinamento de pessoal. Cuidou-se, ainda, da terraplenagem das áreas de instalações industriais e de beneficiamento e do pátio de estocagem de minério. Em setembro, foram contratadas as obras das instalações de beneficiamento, iniciando-se com a concretagem da britagem primária. Já estão concluídos os trabalhos de terraplenagem, pontes e viadutos nos primeiros 82 km de ferrovia, a partir de São Luís. Estão em andamento as fundações da ponte sobre o rio Tocantins, que mede 2.330 m, e assinado o contrato para o projeto, transporte e montagem da superestrutura metálica. No porto de Ponte da Madeira, estão em construção os molhes norte-sul, a terraplenagem do pátio de estocagem do minério e foi assinado o contrato para as obras civis do píer do terminal marítimo. Ao mesmo tempo, prosseguem as obras de construção do Núcleo Habitacional de Marabá e do Núcleo urbano de Carajás.

O complexo bauxita, alumina e alumínio será integrado pelos projetos da ALBRÁS, ALUNORTE e ALUMAR.

Da ALBRÁS participam o VALENORTE Alumínio Ltda., com 51 por cento do capital social e a Nippon Amazon Aluminium Company (NALCO), com 49 por cento. Participam da ALUNORTE a VALENORTE Alumínio Ltda. com 60,8% e a NALCO, com 39,2%. A ALUMAR é constituída com a participação de 60% da ALCOA Alumínio S.A. e 40% da Billiton Metais S.A., subsidiária da Shell.

Essas empresas produzirão alumina e alumínio, a partir da bauxita, proveniente da região de Trombetas, explorada pela Mineração Rio Norte S.A.

Os recursos financeiros destinados à implantação atingem 3.335,2 milhões de dólares, sendo 1.860,2 milhões para os projetos ALBRÁS — ALUNORTE, e 1.475,0 para a ALUMAR, em São Luís.

Estimam-se em 1.900,0 milhões de dólares as encomendas que essas empresas farão às indústrias nacionais de bens de capital.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Exª um aparte?

O SR. BERNARDINO VIANA — Com muito prazer, nobre Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Nobre Senador Bernardino Viana, V. Exª faz muito bem em trazer ao Plenário desta Casa o que vem sendo realizado em Carajás, o trabalho grandioso que vem sendo feito naquela região. Carajás é uma demonstração do que pode realizar o Norte do Brasil, tantas vezes esquecido, como o Nordeste sempre o foi. Norte e Nordeste são duas Regiões que trarão grande desenvolvimento para o nosso País, se bem exploradas as riquezas do seu subsolo. Tanto o Nordeste já deu essa demonstração como o Norte agora o faz com Carajás. Demonstrando no Senado o trabalho que vem sendo feito, ainda que tenhamos dificuldades de recursos, assim mesmo os cronogramas estão sendo atendidos, conforme suas previsões, vê V. Exª que o Brasil está trabalhando pensando no futuro.

O SR. BERNARDINO VIANA — Muito obrigado, nobre Senador Jutahy Magalhães. Por isso registro nos Anais do Senado Federal o que se vem fazendo em torno da exploração do Projeto Carajás, para que, no futuro, se confirmem esses dados. Fico muito agradecido a V. Exª pelo aparte.

A ALBRÁS deverá iniciar a produção de alumínio em 1984, atingindo sua capacidade máxima em 1990, cerca de 325 mil t/ano. Espera-se exportar toda a produção, que representará, a preços de dezembro de 1979, cerca de 458 milhões de dólares/ano.

A cargo da ALUNORTE está a produção de alumina, que será vendida, segundo se planeja, à ALBRÁS e a outras unidades industriais de que participe a Vale do Rio Doce. Como a ALBRÁS só atingirá sua plena capacidade de produção em 1989, prevê-se a exportação de 600t de alumina entre 1985 e 1987, com uma receita de 144,3 milhões de dólares.

A ALUMAR inicia operações em 1983 e a ALUNORTE em 1984, atingindo a plena capacidade em 1984 e 1986, respectivamente, quando a produção total de alumínio será de 1 milhão e 300 mil t/ano.

Está prevista a exportação de 25,8% da alumina produzida pela ALUMAR (129 t/ano), atingindo receita anual de 31,3 milhões de dólares, a partir de 1985, ao preço de 242,6 dólares por tonelada.

A infra-estrutura que cobre os projetos de alumínio — alumina são a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, as linhas de transmissão e o porto de Vila do Conde.

Ao lado dessa infra-estrutura, há os chamados projetos de desenvolvimento da Região, como as esclusas de Tucuruí e de Santa Isabel e as obras de

derrocagem e sinalização, que propiciarão a navegabilidade dos rios Tocantins e Araguaia, numa extensão de 2.000 km.

A Hidrelétrica de Tucuruí deverá atingir, numa primeira fase, a capacidade instalada de 4.000 MW, com início de operação previsto para 1984, atingindo a capacidade total em 1988. Numa segunda etapa, serão instalados outros 4.000 MW, totalizando uma potência de 8.000 MW.

Em 1981, as obras absorveram cerca de 20 mil trabalhadores.

Mas é bom que se medite sobre as mais variadas repercussões econômicas que toda essa infra-estrutura — a energia elétrica, os portos, a estrada de ferro, a navegabilidade dos rios Tocantins e Araguaia — vai propiciar. Seja no campo da agricultura, da pecuária, da silvicultura, da pesca, na extração de essências vegetais de árvores nativas, de amêndoas oleaginosas, da garimpagem e tantas outras atividades que irão despontar ao contato dos novos bandeirantes com a Região.

Sr. Presidente, Srs. Senadores,

Ao fazer este registro, é minha intenção estabelecer um marco do andamento dos serviços para que, no futuro, se confirmem os prazos estipulados para sua execução e se acompanhem, por outro lado, os diversos trabalhos programados.

Não poderia concluir, sem ressaltar a confiança que inspira à Nação o substituto do notável homem público, Dr. Oziel Carneiro, que tão bem se desincumbiu de sua tarefa à frente da Secretaria-Executiva do Grande Projeto Carajás. Refiro-me ao Dr. Nestor Jost, administrador dos mais competentes e experimentados, sendo oportuno lembrar sua brilhante atuação como Presidente do maior estabelecimento de crédito do País, o Banco do Brasil S.A.

Era o que tinha a dizer. *(Muito bem! Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro, para uma comunicação.

O SR. NELSON CARNEIRO (Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não pude chegar ontem a esta Casa, a tempo de participar das homenagens prestadas à memória do saudoso Presidente Auro de Moura Andrade. Cumpro, assim, o dever de fazê-lo, nesta oportunidade, porque o conheci em momentos difíceis da vida pública deste País. Acompanhei-o naqueles episódios e o tive a meu lado no momento mais difícil da minha vida. Não poderia deixar de recordar, entre outros que espero relatar mais demoradamente noutra oportunidade, um que caracteriza o homem público preocupado com a vitalidade do Parlamento Nacional. Logo depois do primeiro de abril de 1964, tinha que se eleger o Presidente da República. Auro de Moura Andrade nomeou uma comissão que aprovou um projeto de resolução legislativo em que se assegurava a eleição, pelo voto secreto, do futuro Presidente da República.

Aquele tempo, não havia mais dúvidas, as candidaturas que haviam aparecido tinham sido afastadas e, realmente, só havia um candidato, que era o Presidente Castello Branco. Mas, veio o Ato Institucional determinando que a votação fosse a descoberto. Procurei S. Ex.^a em seu gabinete, no Senado Federal, eu, como deputado, e S. Ex.^a me disse que também se insurgia contra a atitude do Poder Executivo, modificando uma resolução do Legislativo, mas que dependia do assentimento dos Líderes. Portanto, se objetivasse o assentimento dos Líderes, apesar do ato revolucionário, ele realizaria a eleição pelo voto secreto. Em companhia de alguns colegas, de três colegas, um dos quais já falecido, o Senador Victorino Freire, fomos à procura dos líderes na Câmara dos Deputados. Logo encontramos o apoio, para a idéia, do Deputado Martins Rodrigues, mas não logramos o mesmo assentimento do lado do outro líder a quem procuramos.

Daí, então, voltamos a S. Ex.^a e sei do constrangimento com que foi obrigado a proceder à votação a descoberto para eleger o candidato único, poucos dias depois da Revolução de 64.

Por isso mesmo, entre os que votaram, eu me escusei de fazê-lo e deixei, nos anais, uma declaração de voto, dizendo exatamente estas palavras: "Como parlamentar, eu não me submetia a uma deliberação do Poder Executivo que contrariava uma decisão do Poder Legislativo". Esse e outros episódios, que eu poderia contar da vida de Auro de Moura Andrade, mostram a inteireza e a bravura que o caracterizavam. Ele foi realmente — o Senado ontem já lhe começou a prestar as devidas homenagens — um servidor dedicado desta Casa. Ele foi não só o orador mais brilhante do seu tempo, não só o presidente mais dedicado do seu tempo, mas também o parlamentar mais preocupado com a dignidade do Poder Legislativo.

Eram estas as brevíssimas palavras que não pudemos dizer ontem e que desejaria hoje pronunciar, sem que isso esgote o meu dever de prestar mais cumpridamente a minha homenagem a quem tanto soube honrar esta Casa. *(Muito bem!)*

O Sr. Hugo Ramos — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Hugo Ramos, para uma comunicação.

O SR. HUGO RAMOS (Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Valho-me da oportunidade, quando a delegação desportiva do Brasil chega à Espanha, para apresentar à Mesa um projeto de lei, que já se encontrava em meu poder há algum tempo. Como desportista que sou, V. Ex.^a e a Casa sabem que vezes sem conta tenho aqui me manifestado a respeito desse movimento esportivo do Brasil. Como sou grande benemérito e benfeitor de algumas instituições do Rio de Janeiro, como sou benemérito de várias federações esportivas do Rio de Janeiro, como sou sócio honorário por serviços prestados a inúmeros clubes esportivos e culturais do Rio de Janeiro, tenho, evidentemente, razões sobejas para apresentar ao Senado, o que ora faço, um projeto de lei que destina ao fundo de Assistência ao Atleta Profissional a renda líquida e total de um dos concursos e prognósticos esportivos promovidos com base no Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1979, e dá outras providências.

Este projeto está com uma justificação ampla, que passo então, à Mesa, para que ele seja encaminhado às Comissões técnicas da Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1.^o Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 103, DE 1982

Destina ao Fundo de Assistência ao Atleta Profissional — FAAP, a renda líquida total de um dos concursos de prognósticos esportivos promovidos com base no Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.^o A renda líquida total de um dos concursos de prognósticos esportivos promovidos com base no Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, destinar-se-á, em cada ano, ao Fundo de Assistência do Atleta Profissional — FAAP, instituído pela Lei nº 6.269, de 24 de novembro de 1975.

§ 1.^o A renda líquida prevista neste artigo será utilizada pelas instituições organizadas nos termos do art. 4.^o da Lei nº 6.269, de 24 de novembro de 1975, na execução do sistema de assistência complementar ao atleta profissional.

§ 2.^o A data de realização, em cada ano, do concurso a que se refere este artigo será fixada pelo Conselho Nacional de Desportos, preferencialmente dentre as marcadas para o campeonato nacional.

§ 3.^o Para os efeitos deste artigo, considera-se renda líquida total a resultante da arrecadação do concurso, deduzidas as parcelas destinadas à Caixa Econômica Federal e ao pagamento dos prêmios e do Imposto sobre a Renda.

Art. 2.^o A Caixa Econômica Federal repassará diretamente ao FAAP a renda líquida total de cada concurso realizado nos termos desta lei, o qual distribuirá esses recursos equitativamente entre as instituições que estejam efetivamente executando as incumbências referidas no art. 5.^o da Lei nº 6.269, de 24 de novembro de 1975.

Art. 3.^o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.^o Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Com a Lei nº 6.269, de 24 de novembro de 1975, foi instituído o sistema complementar de assistência ao Atleta Profissional, com o objetivo precípuo de orientá-lo no sentido de uma adaptação profissional alternativa, garantidos, para tal fim, recursos por tempo e valor limitados. Para execução do sistema, no âmbito financeiro, foi criado o Fundo de Assistência ao Atleta Profissional — FAAP, como subconta especial do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. A efetiva prestação de assistência fica, em cada Estado, Território e no Distrito Federal, a cargo de instituições, sem fins lucrativos, mediante convênio com o Ministério da Educação e Cultura, ouvido o Conselho de Administração do FAAP.

Trata-se, como se vê, de uma notável iniciativa que, pouco a pouco, se converte em promissora realidade, em benefício do atleta profissional. Contudo, os recursos postos a disposição do sistema, não atendem, a rigor, as ne-

cessidades das instituições incumbidas da execução desse relevante serviço de readaptação social. De fato, já instaladas em oito Estados, essas entidades enfrentam enormes dificuldades para atender aos fins a que se propõem, ensejando uma situação de desestímulo à ampliação do sistema, principalmente a regiões geoeconômicas mais carentes.

Assim, nada mais justo do que se utilizar fonte de recursos, gerada pelo próprio futebol, em apoio do sistema de assistência complementar do atleta profissional, mediante destaque de parcela que sirva aos objetivos desejados, sem prejudicar fundamentalmente o plano de aplicação dessa fonte de arrecadação.

A loteria esportiva, além das destinações específicas que a lei criadora estabelece, tem sido objeto de atendimentos isolados, proporcionando recursos a louváveis iniciativas dos âmbitos esportivo e assistencial. Assim, por exemplo, o Decreto-Lei nº 1.617, de 3 de março de 1978; a Lei nº 6.905, de 5 de maio de 1981; e o Decreto-lei nº 1.924, de 20 de janeiro de 1982, que reservaram a renda líquida total de um concurso da loteria esportiva, em cada ano, às instituições que mencionam.

Nesta mesma linha de idéia, o presente projeto visa a destinar a renda líquida total de um dos concursos de prognósticos esportivos ao Fundo de Assistência do Atleta Profissional — FAAP, para repasse a instituições assistenciais registradas na forma da lei.

Sala das Sessões, 1º de junho de 1982. — *Hugo Ramos.*

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 594 — DE 27 DE MAIO DE 1969

Institui a Loteria Esportiva Federal, e dá outras providências.

LEI Nº 6.905 — DE 11 DE MAIO DE 1981

Destina a renda líquida de Concursos de Prognósticos Esportivos à Cruz Vermelha Brasileira, e dá outras providências

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Caixa Econômica Federal fará realizar a cada ano, 1 (um) concurso de prognósticos esportivos, promovido com base no Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, cuja renda líquida será destinada à Cruz Vermelha Brasileira, sociedade civil filantrópica.

§ 1º A renda líquida prevista neste artigo será destinada ao custeio das atividades filantrópicas previstas no estatuto da Sociedade.

§ 2º A data da realização do concurso de que trata este artigo, a cada ano, será fixada pela Caixa Econômica Federal, dentre os concursos programados.

§ 3º Para os efeitos do disposto neste artigo, considera-se renda líquida a resultante da arrecadação do concurso, deduzidas as parcelas destinadas à Caixa Econômica Federal e ao pagamento de prêmios e do Imposto sobre a Renda.

Art. 2º A Caixa Econômica Federal repassará diretamente à Cruz Vermelha Brasileira a renda líquida de cada concurso realizado nos termos desta Lei, a qual redistribuirá esses recursos equitativamente entre o seu órgão central e as filiais estaduais e municipais da Entidade.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

JOÃO FIGUEIREDO — Presidente da República.

Ernane Galvêas.

DECRETO-LEI Nº 1.924, DE 20 DE JANEIRO DE 1982

Destina ao Comitê Olímpico Brasileiro a renda líquida de um dos concursos de prognósticos esportivos nos anos em que não são realizados Jogos Olímpicos ou jogos Pan-Americanos.

(*As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104, DE 1982

Faculta aos depositantes terem consignados em seus talões de cheques, fornecidos pelos estabelecimentos bancários, as referências que especifica e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É facultado aos depositantes de estabelecimentos bancários terem impressos em seus talões de cheques o número e a nomenclatura do órgão emissor de sua carteira de identidade, bem assim o próprio endereço e o respectivo número de seu telefone.

Parágrafo único. As anotações e correspondentes alterações relativas à faculdade conferida por este artigo deverão ser manifestadas pelo depositante mediante expressa notificação à matriz ou agência do respectivo estabelecimento bancário.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O presente projeto tem por fim resolver problema que normalmente se verifica nos dias de hoje, quando ocorre a emissão de cheque junto a estabelecimentos comerciais. De fato, algumas empresas exigem, reiteradamente, que o cliente consigne, no verso do talão de cheque emitido, os números de seu telefone e da Carteira de Identidade, além de outras indicações que reputam necessárias à pronta caracterização do emitente; outras recusam simplesmente os cheques que não contenham os elementos de identidade do emitente.

Verificando-se, assim, que tais exigências se tornam uma praxe nas operações comerciais, parece-nos adequado que os bancos, a requerimento do cliente, facilitem essas transações, consignando nos talões de cheques de seus depositantes referências que identifiquem melhor o emitente.

Sala das Sessões, 1º de junho de 1982. — *Gastão Müller.*

(*As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.*)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há *quorum*.

Nestas condições, as matérias da pauta de hoje, todas pendentes de votação, deixam de ser submetidas ao Plenário, ficando sua apreciação adiada para a próxima sessão.

São os seguintes os itens cuja apreciação é adiada:

1

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 160, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 953, de 1981), que autoriza a Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 772.500.000,00 (setecentos e setenta e dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), tendo

PARECER, sob nº 954, de 1981, da Comissão

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 225, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.285, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Florestal (MG) a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.286 e 1.287, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos; e

— de *Municípios*, favorável.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 122, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 781, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Aracaju (SE) a elevar em

Cr\$ 12.634.800,00 (doze milhões, seiscentos e trinta e quatro mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 782 e 783, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 155, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 939, de 1981, com voto vencido do Senador José Fragelli), que autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Venécia (ES) a elevar em Cr\$ 14.091.700,00 (quatorze milhões, noventa e um mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nº 940 e 941, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, como voto vencido dos Senadores Hugo Ramos, José Fragelli e Tancredo Neves; e

- de *Municípios*, favorável.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 192, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.159, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Valinhos (SP) a elevar em Cr\$ 28.091.520,00 (vinte e oito milhões, noventa e um mil, quinhentos e vinte cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.160 e 1.161, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos; e

- de *Municípios*, favorável.

6

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 183, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.098, de 1981), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a elevar em Cr\$ 29.364.200,00 (vinte e nove milhões, trezentos e sessenta e quatro mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 1.099, de 1981, da Comissão

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos.

7

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 258, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.424 de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Boca do Acre (AM) a elevar em Cr\$ 8.613.200,00 (oito milhões, seiscentos e treze mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.425 e 1.426, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos; e

- de *Municípios*, favorável.

8

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 266, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.452, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Catanduva (SP) a elevar em Cr\$ 39.300.000,00 (trinta e nove milhões e trezentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.453 e 1.454, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

9

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 25, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 145, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Alexânia (GO) a elevar em Cr\$ 7.279.000,00 (sete milhões, duzentos e setenta e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 146 e 147, de 1982, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Dirceu Cardoso, e

— de *Municípios*, favorável.

10

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 33, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 189, de 1982), que autoriza a Prefeitura Municipal de Itapira (SP) a elevar em Cr\$ 29.745.360,00 (vinte e nove milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 190 e 191, de 1982, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

11

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1979, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciário, na forma que especifica, tendo

PARECERES, sob nºs 811 a 814, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de *Legislação Social*, favorável;

— de *Saúde*, favorável; e

— de *Finanças*, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana e José Fragelli.

12

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 1980, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração, tendo

PARECERES, sob nºs 1.063 a 1.065, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável; e
- de *Finanças*, favorável.

13

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1981, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira, tendo

PARECERES, sob nºs 815 e 816, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e

— de *Educação e Cultura*, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

14

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1978, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos, tendo

PARECER, sob nº 1.145, de 1981, da Comissão

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável.

15

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos, tendo

PARECERES, sob nºs 1.197 a 1.199, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável; e
- de *Finanças*, favorável.

16

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1979, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.130 a 1.133, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*;
- de *Legislação Social*;
- de *Serviço Público Civil*; e
- de *Finanças*.

17

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 40, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 318, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Betim (MG) a elevar em Cr\$ 5.700.000,00 (cinco milhões e setecentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 319 e 320, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 309/81, de autoria do Senador Dirceu Cardoso, de reexame da Comissão de Constituição e Justiça.)

18

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 573 a 576, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Serviço Público Civil, contrário; e
- de Economia, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35/82, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Pinto.

O SR. ALMIR PINTO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

As eleições aí estão, e com elas a influência do poder político e do poder econômico. Estamos assistindo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, à influência cada vez mais perigosa da ação do poder econômico sobre as eleições de 1982.

No nosso Estado, particularmente, candidatos a candidatos já ocupam as páginas dos jornais. É comum se distinguir nas propagandas, às vezes de páginas inteiras, o seguinte título: "Colaboração dos amigos do Sr. Fulano de tal, ou do Deputado Fulano de tal, ou do Senador Fulano de tal, ou do futuro candidato ao Governo".

Recordo-me, Sr. Presidente, que a 8 de abril de 1981 apresentei ao Senado Federal o seguinte projeto de lei:

"PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, DE 1981

Veda a participação do Presidente e Vice-Presidente da República, Governadores e Vice-Governadores, Prefeitos e Vice-Prefeitos nas campanhas eleitorais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam as autoridades abaixo relacionadas proibidas de participarem de qualquer manifestação político-partidária nos 6 (seis) meses que antecederem a realização de qualquer pleito eleitoral:

- a) Presidente e Vice-Presidente da República;
- b) Governadores e Vice-Governadores de Estado; e
- c) Prefeitos e Vice-Prefeitos.

Art. 2º Considera-se manifestação político-partidária para os efeitos da presente lei:

- a) fazer propaganda, por qualquer meio de divulgação, das obras, empreendimentos, realizações, metas, objetivos ou intenções dos respectivos governos;

Aqui, Srs. Senadores, recordo-me do programa que já está se tornando famoso: "O Povo e o Presidente". No nosso projeto, este programa não poderia ser levado ao ar por conter objetivos e intenções dos respectivos governos. E não se diga que Sua Excelência o Senhor Presidente da República estaria impedido de debater assuntos atinentes ao seu Governo. Mas é claro

que, a poucos meses das eleições, a presença do Presidente da República, e só ele, traz inegavelmente prejuízos aos partidos de Oposição.

Recordo-me que visitando os Estados Unidos, na época em que o Presidente Reagan debatia o seu problema de ordem econômica — um problema que atingiria sobretudo aos trabalhadores, porque modificava inclusive toda a legislação de ordem social — pude assistir na televisão ao aparecimento do Senhor Presidente dos Estados Unidos. Mas cinco minutos depois — não sei se pago, Sr. Presidente — o Líder da Oposição, na Câmara dos Deputados, aparecia no vídeo e contestava a fala do Senhor Presidente da República dos Estados Unidos.

O item b, Sr. Presidente, do nosso projeto de lei diz o seguinte:

"....."

b) participar de comício, inauguração, passeata ou qualquer outro ato público que tenha por objetivo difundir os méritos de partido político ou de candidato a cargo eletivo;

c) emitir de público ou permitir que se propague opinião pessoal a respeito de candidato a cargo eletivo ou de partido político;

"....."

E sigo nesta linha de raciocínio, para dizer no art. 3º o seguinte:

"Art. 3º É facultado ao Chefe do Executivo que deseje participar de campanha eleitoral licenciar-se do cargo para tal fim desde que o faça até seis meses antes da eleição."

Na nossa justificativa, Sr. Presidente, dizíamos o seguinte:

A legislação vigente em dada sociedade deve, antes de tudo, ser adequada à tutela dos grandes problemas que afetam o relacionamento entre os homens. Uma das razões que explicam a instabilidade das normas jurídicas em nosso País é o fato de serem elas sistematicamente fruto de uma imposição de determinados segmentos sociais e não a resultante de um amplo consenso. Se desejamos abrir realmente caminho para a construção de uma sociedade democrática e estável, impõe-se a adoção de um certo número de medidas legais destinadas a evitar a distorção dos resultados eleitorais.

Considera-se entre nós, pelo menos oficialmente, condenável a influência tanto do poder econômico como do poder político instituído nas consultas eleitorais. Pouco, muito pouco, tem-se feito ao longo dos anos para evitar qualquer uma das duas nefastas influências.

E a verdade aí está, Sr. Presidente e Srs. Senadores. O que estamos assistindo exatamente, com as eleições de 1982, é a crescente influência do poder econômico e do poder político. E muito mais sério, Srs. Senadores, é se atentarmos, e já lembrado aqui no Senado da República, para que, por exemplo, as empresas estatais sequer são fiscalizadas pelo Congresso Nacional. O orçamento fiscal da União é da ordem de 4 trilhões de cruzeiros. O orçamento das empresas estatais deve atingir, neste ano de 1982, a cerca de 19 trilhões de cruzeiros. E nem se diga, Srs. Senadores, daquelas empresas que recebem dinheiro público, mas enquanto o poder público não é majoritário, elas sequer prestam contas ao Tribunal de Contas da União e muito menos ao Congresso Nacional.

É possível, Srs. Senadores, que a nossa fala não seja levada na devida consideração. Mas há diversos projetos de nossa autoria tentando evitar o emprego e o abuso da máquina estatal e do poder econômico nas eleições de 1982.

Creio mesmo, Sr. Presidente, que os partidos de oposição com assento no Senado Federal e na Câmara dos Deputados deveriam se reunir e tentar impor ao País — digo impor, Sr. Presidente —, uma legislação adequada para evitar exatamente que a máquina estatal deste ou daquele estado seja colocada a serviço dos candidatos do Governo.

A legislação brasileira é frágil. O Tribunal Superior Eleitoral, e via de consequência os Tribunais Regionais Eleitorais, não tem como coibir a ação nefasta tanto do poder político como do poder econômico.

Mas, de qualquer forma, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o nosso projeto aí está, vamos tentar conseguir para ele um regime de urgência, na expectativa de que o Congresso Nacional, e particularmente o Senado Federal, possa coibir a ação das nossas autoridades maiores no pleito eleitoral.

Um pleito que nós queremos democrático, mas livre da ação do Estado, em que o eleitor não se veja coagido a votar não só por uma legislação casuís-

tica que aí está, mas, principalmente, pela ação sempre presente ora do poder político, ora do poder econômico.

Eram estas, Sr. Presidente, as considerações que gostaria de fazer nesta tarde, na expectativa, já não digo do Partido do Governo, que a esse pouco importa a existência ou não de uma legislação que venha coibir esses abusos, mas na esperança de que os Partidos de oposição possam acordar, e quando começarem a sentir mais de perto o desenrolar da campanha e verificarem neste ou naquele Estado a ação do Governo, possam, repito, examinar com maior profundidade e exigir do Congresso Nacional uma legislação que impeça a ação do poder político e do poder econômico. *(Muito bem!)*

O SR. ALBERTO SILVA — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva, para uma comunicação.

O SR. ALBERTO SILVA (Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quero apenas trazer ao conhecimento da Casa e dos nobres Senadores o que acabei de ler no jornal do Ceará, *O Povo*, que V. Ex^a conhece bem. São declarações do Governador do meu Estado a respeito daquela explosão do nosso jornal, e que a Polícia Federal está apurando, segundo dados que temos em mãos, e até agora ainda não enviou o seu laudo pericial. Mas o Governador fez uma declaração esdrúxula e irresponsável ao jornal do Ceará. Declarou que o suspeito sou eu, porque uma semana antes eu mandei segurar o jornal. Eu já mandei vir o jornal, que li há pouco, mas mandei entregar a alguns advogados para fazerem uma interpelação judicial ao Governador para ele provar, primeiro que nós mandamos segurar o jornal; e, depois que o principal suspeito sou eu, que mandei segurar o jornal e joguei uma bomba no jornal.

A irresponsabilidade desta declaração é tão grande que os jornalistas do Ceará, aos quais tenho ligações antigas, disseram que não cabia a um Chefe de Estado fazer declarações deste tipo. Mas como as fez, eu não posso deixar passar sem um reparo e o meu protesto, aqui, na Casa, que o Governador respeite um Senador da República e não faça declarações do tipo que fez, lá. Mas quero aproveitar, sabendo que ele convidou o Presidente da República para uma inauguração no Piauí, no próximo dia 3, eu tenho aqui um volante, — porque lá o nosso jornal foi explodido e os outros jornais têm ordem taxativa de não dar nenhuma notícia das Oposições, principalmente algo que diga respeito ao nosso Partido; mas como este volante aqui está muito bem impresso e é encabeçado por um deputado da mais alta respeitabilidade, o Deputado Deoclécio Dantas, que nunca faz uma acusação sem as provas, estão aqui as provas: é que o Presidente vai inaugurar um conjunto habitacional, construído sobre terreno inadequado, talvez com aterros feitos à última hora, e aqui estão as rachaduras nas casas, as ruas esburacadas, os alicerces retorcidos. Naturalmente, vão fazer uns remendos e submeter o Presidente da República a uma inauguração que não condiz com a importância do cargo e com o deslocar do Presidente da República para inaugurar algo desse tipo.

Quero passar à Mesa este boletim, por considerá-lo absolutamente sério, e solicitar, se possível, que o Presidente da Casa faça chegar ao Senhor Presidente da República esta informação que, provavelmente, o governador não teve o cuidado de examinar antes de convidar o Presidente da República para uma inauguração desse tipo, no meu Estado.

Eram as considerações que eu desejava fazer nesta Casa, Sr. Presidente. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Nobre Senador Alberto Silva, sou informado pela Assessoria da Mesa que o Senado não pode encaminhar este documento ao Senhor Presidente da República. V. Ex^a, como Senador, poderá fazê-lo pessoalmente, colocando-o num envelope e encaminhando ao Senhor Presidente da República.

Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Presente ontem em Brasília, mas ausente da sessão do Senado, porque assuntos de empréstimos me absorveram o tempo em um dos Ministérios, lamento que não estivesse presente quando o Senado tomou conhecimento e registrou o passamento do grande paulista, do grande brasileiro Auro de Moura Andrade, um dos grandes Presidentes que teve o Senado e que marcou a sua presidência numa fase tumultuada e violenta desta Casa, de uma forma significativa e patriótica.

Fui seu contemporâneo — eu era Deputado e S. Ex^a Senador — e tive participação, por duas vezes, em atitudes marcantes de Auro de Moura Andrade na Presidência do Congresso Nacional.

O Sr. Lomanto Júnior — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pois não.

O Sr. Lomanto Júnior — Senador Dirceu Cardoso, tomei conhecimento da infausta notícia do falecimento do homem que nesta Casa continua a ser considerado o eterno Senador.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Muito bem!

O Sr. Lomanto Júnior — Não vou analisar, e peço a V. Ex^a que me conceda mais tempo para que eu possa não analisar a figura...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Tenho medo do aparte de V. Ex^a porque o mesmo deve ser tão brilhante, tão circunstanciado, que vai até me tirar a oportunidade das palavras. Mas, como V. Ex^a é sempre ouvido com respeito na Casa, concedo a palavra a V. Ex^a e lembro que estamos aguardando o pronunciamento de V. Ex^a para depois de amanhã, quando, estamos certo, vai sacudir esta Casa com seu pronunciamento político que a Nação está esperando.

O Sr. Lomanto Júnior — V. Ex^a, Senador Dirceu Cardoso, tem razões intrínsecas de ser generoso. V. Ex^a é do Espírito Santo, e a sua generosidade só é comparável às luzes do Espírito Santo iluminando os Apóstolos, transformando-os em sábios, fazendo com que eles falassem línguas que jamais aprenderam. Não vou analisar a personalidade de Auro de Moura Andrade, sob o prisma do grande Presidente deste Congresso, deste Senado, naqueles momentos culminantes da sua atuação nesta Casa, mas tenho a relatar um episódio ocorrido comigo, Presidente da Associação Brasileira dos Municípios, Prefeito da minha cidade natal Jequié. Convoquei uma reunião para Brasília e mais de 3 mil prefeitos e vereadores compareceram ao Planalto Central. Solicitei uma audiência ao então Presidente. Nós éramos portadores da angústia, eu diria mesmo que, dos clamores dos quase 4 mil municípios brasileiros. Tramitava lentamente, na modorra costumeira da burocracia brasileira, de que o Senado não é imune, dormia, diria melhor, jazia numa gaveta, nessas intermináveis gavetas que guardam as coisas boas da administração pública, e que atrasam a sua frutificação, tramitava a emenda constitucional já há mais de 3 anos, de autoria do Deputado Osmar Cunha e assinada por vários outros parlamentares municipalistas, entre os quais cito, com saudades também, a figura de um grande paulista, o Deputado Antônio Sílvia da Cunha Bueno. Pois bem, Sr. Senador Dirceu Cardoso, presidia a Comissão um homem da mais alta envergadura, Senador por Sergipe, Heribaldo Vieira. Concedida a audiência, este homem tornou-se um gigante maior ainda, vestiu a nossa camisa, tomou a si o comando da aprovação da emenda, e em tempo recorde, creio que os Anais do Senado não registram a aprovação de uma emenda que jazia há anos na referidas gavetas, teve a sua tramitação em pouco mais de 48 horas. Em 48 horas os prefeitos viram modificados os seus orçamentos, os vereadores comemoraram aqui mesmo, no Planalto Central, a grande vitória. Era a participação dos municípios num percentual de 10% sobre o Imposto de Consumo, e se elevava para 15% a sua participação no Imposto sobre a Renda. E ainda colocava dispositivos quase que impositivos, no sentido de que o Estado não atrasasse, de que o Estado não deixasse de pagar aquele tributo chamado "excesso de arrecadação," aquela cota de 20% que pertencia, por lei, por dispositivo constitucional, e que, infelizmente, não vinha sendo cumprido pelos Estados. Recebo um bilhete do meu Cireneu, do homem que ajudou-me a carregar a cruz da campanha municipalista brasileira; era Almir Pinto o meu vice-presidente, e nós dois aqui estávamos naquela grande marcha. O Planalto jamais assistiu ou se repetiu uma marcha de mais de três mil prefeitos e vereadores.

Foi aprovada a emenda graças à ação de Auro de Moura Andrade. Que figura notável, que homem de decisão, Senador que honrava o Parlamento, que honraria o parlamento de qualquer nação do mundo.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Muito bem!

O Sr. Lomanto Júnior — Este homem, em 48, mudou a Constituição brasileira, instituindo uma nova destinação de rendas, em favor dos desgraçados e desprotegidos municípios de nossa Pátria. Saímos daqui à procura do Presidente João Goulart, e lhe comunicamos as nossas aflições, e lhe comunicamos que, aprovada a emenda constitucional, esperávamos que ele, guardião da República de então, fizesse cumprir aquela emenda que considerávamos a

carta de alforria dos municípios brasileiros. Nessa hora, Senador Dirceu Cardoso, em que V. Ex^a pronuncia palavras tão eloquentes, eu gosto de ouvir V. Ex^a. V. Ex^a imprime as suas palavras a bondade da sua alma, quando brota dos seus lábios a palavra fluente, ela vem misturada com o sentimento do coração. V. Ex^a aludiu no seu aparte, Senador Dirceu Cardoso, que depois de amanhã eu estarei aqui, neste plenário. É verdade, depois de amanhã, esta Casa vai assisfír a um pronunciamento, é evidente que modesto...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não apoiado!

O Sr. Lomanto Júnior — ... de um dos mais modestos Senadores desta Casa, mas que reífratará a verdade, sem me preocupar em dar tonalidades negras à desgraçada situação em que vive a Bahia nessa fase de abertura política do Brasil. Ainda no domingo houve um exemplo de democracia no Estado de Goiás. A Bahia é diferente, Sr. Senador. Enquanto todos estamos pensando na abertura...

O SR. DIRCEU CARDOSO — A Bahia é diferente porque tem V. Ex^a

O Sr. Lomanto Júnior — A Bahia é diferente não porque eu seja de lá, a Bahia é diferente porque está vivendo um período em que a democracia ainda não chegou por lá. O Presidente João Baptista Figueiredo sabe e está acompanhando o desenrolar dos fatos. E enquanto Sua Excelência anuncia para o Brasil a abertura democrática, a Bahia contesta, preferindo o fechamento e o arbítrio. Não quero adiantar nada sobre o que vou falar, mas, quero dizer a V. Ex^a que sequer admiti, para esse pronunciamento que vou fazer na quinta-feira, ouvir meus assessores, recusando peremptoriamente qualquer sugestão deles. Não vou escrever, não tenho frase alguma preparada para o início ou para o epílogo do meu discurso. Vou subir àquela tribuna com o pensamento voltado para Deus e a alma entregue ao povo baiano, para dizer, nesta Casa, da infeliz situação que vive o meu Estado nesta hora presente. Agradeço a V. Ex^a, pedindo desculpas por ter tumultuado o brilhante discurso de V. Ex^a, mas não era meu propósito senão homenagear Auro de Moura Andrade, ele que vivo está. Se há alguém que não morrerá nunca, se há alguém que conquistou a imortalidade, nesta Casa, este alguém é Auro de Moura Andrade. Imortalidade pelo caráter, pela tempera, pela cultura, por aquela voz admirável que ainda ouço como se ecos estivessem chegando aqui, nessa abóboda do Senado. Não poderia deixar de participar do seu discurso. Perdoe-me, são palavras desarrumadas...

O Sr. Alberto Silva — Não apoiado!

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não apoiado!

O Sr. Lomanto Júnior — ... são palavras modestas, mas são sinceras, partidas do meu coração que, nesta hora, sente saudade e relembra, com o mais profundo afeto, a lembrança daquela figura que encantava fisicamente, que encantava pela voz e, sobretudo, que encantava pela personalidade e pelo talento que Deus lhe deu. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. DIRCEU CARDOSO — Nobre Senador Lomanto Júnior, como dizia eu, o Senado tem medo do aparte do nobre Senador Lomanto Júnior, porque V. Ex^a, com essa eloquência que lhe é peculiar, com os arroubos da sua oratória que vamos ouvir, pressurosos, depois de amanhã, V. Ex^a tira de qualquer um a palavra para tecer, nos seus comentários, as páginas mais eloquentes da oratória parlamentar.

O Sr. Alberto Silva — Muito bem!

O SR. DIRCEU CARDOSO — Agradeço a V. Ex^a o aparte com que me honrou, que me tirou até a possibilidade de discorrer sobre a personalidade de Auro de Moura Andrade.

O Sr. Lomanto Júnior — Não apoiado.

O SR. DIRCEU CARDOSO — E apenas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, quero fazer uma referência também de ordem pessoal a sua atuação, àquele caráter, àquela inteligência, àquela vivacidade com que S. Ex^a presidiu esta Casa, e marcou, singularmente, um período áureo da vida do Senado.

Quero citar, Sr. Presidente, um episódio nacional de que foram protagonistas Auro de Moura Andrade e eu. A 25 de agosto de 1961, li, numa sessão tumultuada da Câmara dos Deputados, a Carta Renúncia do ex-Presidente Jânio Quadros. Quem leu essa carta fui eu. E como ela chegou às minhas mãos, já faz parte da história.

Pois bem, Sr. Presidente, se não fosse Auro de Moura Andrade na Presidência do Congresso, não se teria efetivado aquela renúncia. O tumulto foi tão violento, a explosão de ira e de descontentamento foi tão grande nas ban-

cadadas que sustentavam o Governo, que só a firmeza de Auro de Moura Andrade, a sua inteligência, a sua voz e a sua autoridade, só isso, Sr. Presidente, que poderia dominar aquela tempestade e acalmá-la e, horas depois, quatro ou cinco horas depois, empossava na Presidência da República o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli.

Portanto, sou testemunha disso, e repito, se não fosse Presidente do Congresso Auro de Moura Andrade, o Congresso Nacional não teria tido a envergadura de considerar a renúncia de Jânio Quadros e de empossar o seu sucessor legítimo na Presidência da República. Portanto, foi o episódio de que fomos parte, eu, lendo a Carta de Renúncia, quando conversações e entendimentos se faziam para que não se tomasse conhecimento daquela renúncia. Eu tinha o documento que me foi passado por autoridade eminente da República e ali, às 15:15 horas de uma sexta-feira, de 25 de agosto de 1961, dei conhecimento ao Congresso Nacional da renúncia de Jânio Quadros.

Portanto, é a firmeza desse caráter, dessa inteligência, dessa vivacidade, dessa pugnacidade incomensurável de Auro de Moura Andrade que estou prestando essa homenagem à sua memória. Quando ontem tive conhecimento de que o Senado a ele se referiu e cheguei, aqui, à Casa, e já a sessão havia se encerrado, às 4 horas da tarde, lamentei que não pudesse registrar este fato, que estou fazendo com um atraso de 24 horas.

Mas nas grandes mortes, na morte dos grandes homens, o tempo não faz conta, a homenagem está ainda atual, é prestada em cima da hora, a este vulto que engrandeceu esta Casa, que emoldurou o Senado, que dignificou o Senado, que marca na história desta Casa um ponto dominante na cordilheira dos seus atos, antes de Moura Andrade, e depois de Moura Andrade.

Assim, Sr. Presidente, quero também me referir, mas rapidamente, ao episódio da substituição de João Goulart, em que somente um homem daquela sua envergadura poderia fazer aquela substituição, conter a tempestade que rugia na Câmara, entre as Bancadas insatisfeitas e revoltadas, e impor à consciência daquela Casa a substituição legal que a Constituição estabelecia. Esse trabalho se deveu a Auro de Moura Andrade, cuja morte o Brasil chora, deplorando a perda de filho tão ilustre, ocorrida domingo às 5 horas da tarde, numa viagem de Campinas à sua fazenda, no Estado de São Paulo.

Portanto, Sr. Presidente, fica aí o registro, e gostaria que, na mesma sessão em que o Senado vai tributar as suas maiores homenagens à memória de vulto tão ilustre e tão grande Presidente desta Casa, eu possa trazer, também, dois ou três fatos culminantes da vida desse grande paulista, desse grande Presidente do Senado, desse grande Senador, desse grande brasileiro que se chamou e se chamará, *ad aeternitatem*, Auro de Moura Andrade. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O Governo brasileiro, depois do advento do Ministério da Previdência e Assistência Social, promoveu, embora sem a amplitude, o arrojo e nas proporções reclamadas pelo problema, a incorporação da parcela de sua população envelhecida — cerca de 6,5%, correspondendo a quase 8 milhões de idosos — ao sistema de seguridade social, visando a adoção de medidas de amparo mais realistas e objetivas, em benefício desse vasto contingente demográfico praticamente marginalizado.

Em 1978, o Programa de Assistência aos Idosos, a cargo do INPS, foi transferido para a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Anteriormente, em 1974, a Lei nº 6.179, havia instituído a concessão da Renda Mensal Vitalícia, igual à metade do salário mínimo, para os maiores de 70 anos e inválidos.

Marchando para a execução de uma política nacional de integração social, nos parâmetros dos vários programas de atendimento à população carente, em geral, que constitui a sua clientela prioritária e abrange, além dos idosos, a mãe, a criança, o excepcional, as famílias desassistidas e vulneráveis, a LBA vem intensificando os seus esforços e energias no concernente àquela mencionada política de integração.

Conforme freqüentemente esclarece a competente e infatigável Presidente da LBA, Léa Leal, "essa integração abrange a melhoria das condições de vida, o fortalecimento dos laços familiares e a formação de atitudes positivas diante da velhice, através de atividades de caráter preventivo, terapêutico e promocional".

Sobre o assunto, ao ensejo da realização, em Brasília, da Assembléia Nacional sobre o Envelhecimento, no dia 20 de maio de 1982, a Senhora Léa

Leal proferiu uma substancial palestra em que traçou o panorama global da situação e das perspectivas da nossa enorme e crescente população idosa.

A exposição da Presidente Léa Leal é uma contribuição válida às atividades previstas pelo Decreto nº 86.880, do Presidente João Baptista Figueiredo, de 27 de janeiro de 1982, que instituiu o Ano Nacional do Idoso e criou uma Comissão Nacional para coordenar e apresentar sugestões sobre o problema, fazendo a LBA parte dessa Comissão, assim como a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia.

Os conceitos, informações e sugestões dessa palestra definem as diretrizes da LBA a respeito do assunto, motivo pelo qual solicito sua incorporação ao texto deste breve registro. Nesse documento, afirma a Presidente Léa Leal que...

"Considera como o aspecto mais importante da evolução social, a mudança do conceito de caridade, do assistencialismo para promoção humana. É tempo e hora de nos conscientizarmos dessa evolução, de que não é construindo asilos — muitos deles tristes depósitos de seres humanos envelhecidos — que resolveremos a problemática sócio-econômica da velhice, cada vez mais crítica nos grandes centros urbanos."

Em síntese, esclareceu a Presidente da LBA, Léa Leal:

"Precisamos romper as barreiras das dificuldades habitacionais, médicas, ocupacionais, psicológicas e culturais que envolvem e condicionam a terceira idade, tornando sempre mais grave e angustiante a vida daqueles que de nós merecem carinho, reconhecimento, respeito e gratidão."

Eram estas as considerações que desejava formular. (*Muito bem! Palmas.*)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA, EM SEU PRONUNCIAMENTO:

PALESTRA DA SENHORA LÉA LEAL
PRESIDENTE DA LBA

A POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO E SUA OPERACIONALIZAÇÃO PELA LBA

*Assembléia Nacional sobre Envelhecimento
Brasília — Centro de Convenções*

Esta Assembléia Nacional sobre Envelhecimento é muito mais que um evento oportuno para discussão de um tema do momento.

É uma oportunidade de ligar o Ano Nacional do Idoso às vozes oficiais e pessoais, às posições institucionais e às críticas individuais que aqui se fizeram ouvir, em busca de uma conclusão consensual face à problemática da terceira idade.

Em 27 de Janeiro de 1982, o Presidente da República baixou o Decreto número 86.880, instituindo o Ano Nacional do Idoso e criando a Comissão Nacional para coordenar e apresentar sugestões sobre o tema, cuja presidência ficou a cargo da Secretaria de Assistência Social do MPAS. A LBA é um dos órgãos integrantes dessa Comissão, assim como a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Apesar de ainda não termos sido convocados para uma primeira reunião, várias iniciativas vêm sendo tomadas em decorrência do Decreto Presidencial.

Entre elas, a realização deste Congresso que não é só extremamente oportuno como imprescindível, necessário, essencial ao estabelecimento de uma política nacional em função do idoso.

Honrada em participar deste Encontro, a LBA quer, neste último dia dos trabalhos, assegurar, de pronto, seu apoio às sugestões e conclusões apresentadas na Assembléia, pois bem conhecemos e respeitamos o interesse, a capacidade e o conhecimento técnico dos que aqui vieram debater, com honestidade intelectual e profissional, o problema do envelhecimento.

Não faz muito tempo, talvez uns dois meses apenas, a imprensa noticiou com destaque a notável façanha de um esportista carioca que conseguiu atravessar a Baía de Guanabara, nadando os 25 quilômetros de Paqueta à Urca. Diziam ainda as reportagens que a incrível demonstração era apenas parte da preparação para a travessia do Canal da Mancha, quando, aí sim, o nadador brasileiro poderia mostrar toda a sua resistência, vencendo, a nado, os 36 quilômetros entre Dover e Calais.

O que, porém, mais chamou a atenção dos repórteres, comentaristas e público em geral, não foi a magnitude do feito esportivo, que todos reconhe-

ciam ser excepcional, mas sim a idade de Gastão Mariz, o nadador: 72 anos, o que, é óbvio, deu surpreendentes características de ineditismo à fantástica proeza atlética.

Aí está, sem dúvida, no campo das atividades físicas, mais um símbolo da capacidade, vigor e atualidade de uma pessoa que, por muitos, preconceituosamente, em razão da idade, já teria sido considerada incapaz para um esporte de exuberância e juventude como a natação.

E este é apenas um exemplo, talvez o mais recente.

Qualquer que seja o setor da atividade humana ou a barreira etária interposta, não precisaremos de muito esforço para sentir a presença e encontrar os exemplos de figuras extraordinárias, "velhos notáveis" que souberam e sabem dignificar sua idade, souberam e sabem honrar, por ações e obras, a atividade intelectual, artística, política ou mesmo física que exerceram ou exercem.

Assim, vale lembrar, em termos mundiais e históricos, que obras-primas literárias eternas, como a "Divina Comédia" de Dante, o "Don Quixote", de Cervantes, e o "Paraíso Perdido", de Milton, foram produzidas pela inspiração genial de cérebros cinquentenários ou sexagenários.

Na música, as duas grandes óperas de Verdi, "Aida" e "Otelo", foram escritas quando o compositor tinha 58 e 74 anos, respectivamente.

Picasso produziu "Guernica" — Obra maior da pintura universal — com 55 anos e, aos 60, 70 e 80 anos, ainda nos legava notáveis composições artísticas.

Se desejarmos exemplos mais recentes, aí estão os septuagenários Henry Fonda e Katharine Hepburn, ganhando os "Oscars" de melhor ator e melhor atriz cinematográfica de 1981. E, ainda, a extraordinária Marguerite Yourcenar, que, aos 78 anos, em 1980, explodiu como o maior sucesso da literatura mundial, tornando-se a primeira mulher a ser admitida como membro da tradicional e hermética Academia Francesa, após 345 anos de existência dessa austera e respeitada Instituição.

Passando à atualidade brasileira, encontramos tantas dessas personalidades exemplares, que enumerá-las seria cansativo e, certamente, injusto, já que haveria esquecimentos. Prefiro, pois, sintetizá-las, todas, na lucidez, na energia e vitalidade, na visão pioneira e na ação inovadora e empreendedora do mestre e amigo Roberto Marinho, Presidente das Organizações Globo e Presidente de Honra desta Assembléia Nacional sobre Envelhecimento, em tão boa hora organizada pelo incansável e competente trabalhador das causas da terceira idade, que é o Doutor Euclides Santa Cruz Oliveira.

Lembrando-nos de tantos notáveis, figuras amadas, seguidas e imitadas, devemos recordar, aqui e agora, aqueles que não tiveram vez ou não herdaram prodigalidades intelectuais para a genialidade.

Lembremo-nos dos que viveram e vivem na humildade, no anonimato. Dos que, com suor e fadiga, também construíram famílias e, hoje, não as têm mais ou são por elas relegados, apagando-se, tristemente, na solidão e na miséria.

Lembremo-nos de que esses são a maioria. E são seres humanos, como nós, ou mesmo mais do que nós, pois trazem e curtem, dentro de si, a cansada mas viva bagagem de sabedoria vivida e jamais perdida.

São esses, os frágeis esquecidos, desamparados seres, que merecem nossa atenção.

Para eles, nesta hora e nesta Assembléia, devem ir nossas propostas.

Na certeza de que contribuições valiosas, críticas construtivas e formulações práticas sobre a situação atual da velhice, surgirão deste Congresso, a LBA — órgão do Governo Federal que tem a seu cargo a política e a operacionalização da assistência aos idosos, — não poderia deixar passar este evento sem trazer aqui suas experiências e sugestões, submetendo-as à análise deste auditório seletivo e eminentemente técnico.

Compenetremo-nos, antes, porém, de alguns pontos que julgo importantes e servem, sobretudo, para romper velhos tabus e preconceitos pseudo-ufanistas.

Não há nenhuma razão lógica para um país orgulhar-se de ter uma população jovem.

Isso, afinal, não é nenhuma conquista demográfica de um povo ou de uma civilização, nem tampouco, um privilégio ou apanágio nacional. É apenas um fato biológico e uma realidade estatística.

Quase todos os países do mundo têm nos jovens a parte majoritária de sua população, até porque serão sempre eles a maioria em números absolutos, mesmo quando, como ocorre atualmente no Brasil, os velhos aumentem consideravelmente em números relativos.

Outra falácia: a população de um país será cada vez mais jovem na mesma proporção em que o tempo médio de vida de sua população for cada vez menor, o que, evidentemente, não é o desejo de ninguém, pois significaria a existência de uma alta taxa de mortalidade.

Isso nos leva a um segundo ponto.

O Brasil é um país que está envelhecendo.

Isso é mal? Pelo contrário, em termos gerais, parece muito bom, pois reflete considerável redução de nossa taxa de mortalidade, acompanhada de um decréscimo racional das taxas de fecundidade e natalidade. Segundo os dados do IBGE, houve, no Brasil, sensível diminuição na proporção de jovens e aumento na de velhos.

Isso quer dizer que, enquanto a população brasileira total cresceu 70% nestes últimos 20 anos, a população gerontina — de pessoas com mais de 60 anos — aumentou 136%; cresceu o dobro da outra.

Diante desse quadro que atesta o aumento do tempo médio de vida e, conseqüentemente, da população idosa brasileira, diante desses números que revelam, uma das mais expressivas conquistas da ciência e da civilização humana, é dever de todos nós não permitir, por infundados preconceitos ou por distorções de perspectivas sócio-econômicas, que, em vez de prêmio e regozijo, a longevidade crescente do brasileiro continue a ser um desencanto e um estigma.

Creio — e para isso esta Assembléia muito poderá contribuir — ser chegada a hora de a sociedade brasileira dar a resposta a todos aqueles que, com certa razão, a acusaram e acusam de insensibilidade diante do problema da marginalização e esquecimento do idoso.

Isto me faz lembrar a lenda de Narayama, a tragédia daquela pequenina aldeia japonesa, falha de todos os recursos, cuja população exilava, no alto de uma montanha, condenando à morte, pela fome, frio e abandono, as pessoas que completassem setenta anos de vida.

O mundo cristão, mais humanizado, criou os asilos, instituições mantidas pelas mãos da caridade, onde, também, sob certos aspectos, os idosos, desamparados, apodreciam em vida. Não se lhes facultava nenhuma ocupação que lhes servisse de terapia ou para enganar o tempo, como se diz vulgarmente. Assim, considero o aspecto mais importante da evolução social brasileira, a mudança do conceito da caridade, do assistencialismo para *promoção humana*.

É tempo e hora de nos conscientizarmos dessa evolução, de que não é construindo asilos — muitos deles tristes depósitos de seres humanos envelhecidos — que resolveremos a problemática sócio-econômica da velhice, cada vez mais crítica nos grandes centros urbanos.

Precisamos romper as barreiras das dificuldades habitacionais, médicas, ocupacionais, psicológicas e culturais que envolvem e condicionam a terceira idade, tornando sempre mais grave e angustiante a vida daqueles que de nós merecem carinho, reconhecimento, respeito e gratidão.

Para salvá-los, é preciso, como disse Simone de Beauvoir, septuagenária ilustre, modificar a própria vida e quebrar a terrível conspiração do silêncio que se abate sobre os velhos.

A LBA deseja participar desse mutirão contra a insensibilidade e unir-se a todos os que aqui estão apontando as dificuldades, trazendo solidariedade, sugestões e soluções, para, num esforço comum, quebrar a conspiração e salvar nossos velhos.

O que somos e temos, o que fazemos e o muito que ainda queremos e temos de realizar, a política e a ação de nosso Programa de Assistência aos Idosos da LBA, vou tentar expor agora.

A tradicional opção caritativa e assistencialista de particulares — trabalho de inegável abnegação e espírito público, mas de reduzida dimensão face ao problema geral — à qual se aliou, posteriormente, a mística do já mencionado pseudo-ufanismo do “Brasil — País de Jovens” — esses dois fatos, durante muito tempo, bloquearam o surgimento de uma política governamental para os idosos e desestimularam providências que poderiam ter contribuído para a antecipação do debate e das soluções dos problemas decorrentes do envelhecimento.

Uma das conseqüências dessas atitudes é o fato de termos ainda, no Brasil, limitações profissionais às pessoas, aposentadas ou não, com mais de 50 anos. E, em alguns casos, as barreiras etárias são ainda inferiores, o que gera o desestímulo, o desencanto, a ociosidade e a solidão.

Somente em 1974 oficializou-se a assistência aos idosos, beneficiários da Previdência Social, quando a Secretaria de Previdência Social do então Ministério do Trabalho e Previdência Social atribuiu ao INPS a responsabilidade

de de assistir, socialmente, os segurados e dependentes idosos aos quais já se prestava assistência médica.

Embora começando tarde, o Governo brasileiro, com a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, já deu passos certos e gigantescos no sentido de estender os benefícios da previdência e assistência social a uma expressiva parcela da população, até então totalmente marginalizada de nosso processo de desenvolvimento econômico e de nosso sistema de seguridade social. A Lei número 6.179, de 1974, que instituiu, para os maiores de 70 anos e inválidos, a concessão da Renda Mensal Vitalícia, igual à metade do maior salário mínimo, é uma dessas justas medidas, que hoje se traduz numericamente em benefício de 1 milhão e 300 mil pessoas nas áreas urbana e rural.

Com a criação do SINPAS — Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social —, o Programa de Assistência aos Idosos, a cargo do INPS, foi, em 1978, transferido para a LBA. Nossa Instituição, além de dar continuidade a todos os compromissos anteriormente assumidos, adotou de imediato novos procedimentos, buscando tornar o programa mais abrangente, com a inclusão de idosos carentes e não previdenciários. A população carente brasileira é, como todos sabem, a clientela prioritária da LBA, que atende, com sua vasta e diversificada programação, não apenas os idosos, mas também a mãe, a criança, o excepcional e a família desprotegida e vulnerável.

Assim é que, com enormes sacrifícios orçamentários, pudemos inserir os idosos carentes em nosso Programa, ampliando bastante, com isso, os atendimentos, que não chegavam a 30 mil pessoas em 1978 e atingiram, em 1981, mais de 170 mil clientes.

O objetivo da LBA é a integração social do idoso.

Essa integração abrange a melhoria das condições de vida, o fortalecimento dos laços familiares e a formação de atitudes positivas diante da velhice, através de atividades de caráter preventivo, terapêutico e promocional.

Constituída de pessoas de ambos os sexos, com 60 anos ou mais, ou daqueles que, mesmo não atingindo essa idade limite, estejam expostos a acelerado processo de envelhecimento, nossa clientela é atendida de forma *indireta*, mediante convênios com instituições assistenciais de inegável tradição e competência nesse trabalho, ou de forma *direta*, nas próprias unidades executivas da LBA em todo o Brasil.

Uma das características mais significativas da população idosa por nós assistida é a sua situação sócio-econômica precária e marginalizante. Quando não totalmente desprotegidos e carentes, esses idosos são previdenciários com aposentadorias e pensões de reduzido valor, analfabetos, oriundos de famílias pobres e numerosas e com baixa renda ou nenhuma qualificação profissional. Ou então, e isto é muito comum, são idosos carentes de afeto. São pessoas, em função da idade, marginalizadas no seio da própria família.

O Programa, dentro das diretrizes políticas do Ministério da Previdência e Assistência Social, não quer somente ocupar as horas ociosas desses idosos com atividades meramente criativas. A LBA, pelo contrário, tem procurado redirecionar seus objetivos para a real e inquietante situação dessas pessoas, afastadas do processo produtivo e excluídas, na família e na comunidade, das oportunidades de participação efetiva.

A ação direta da LBA em sua assistência ao idoso efetua-se ao nível individual, grupal e comunitário.

Ao *nível individual*, a operacionalização compreende as seguintes fases:

Elegibilidade para inscrição no Programa, através de diagnóstico sócio-econômico e familiar feito por equipe inter-profissional;
concessão de auxílios, indispensáveis ao tratamento social do idoso;
encaminhamentos, quando for o caso, dos idosos a entidades conveniadas ou contratadas e a outros recursos da comunidade.

Ao *nível grupal*, efetua-se nas unidades próprias da LBA, através da nucleação de grupos de idosos, buscando favorecer a convivência e o bom relacionamento entre eles, através de reuniões periódicas e desenvolvimento de atividades sócio-culturais, artísticas, recreativas e laborativas.

Tais atividades se configuram como meios para levar o idoso a ter “objetivos de vida” e desempenhar outras ações que os façam participar efetivamente, como produtor, desde que não lhes sejam negadas oportunidades para isso. O Programa é equacionado de modo a fazê-lo sentir-se membro participante da sociedade. A LBA volta-se, assim, para um trabalho educativo, com vista aos seguintes propósitos:

Oferecer aos idosos condições de aprendizagem e trabalho na área do artesanato, trabalhos manuais e horticultura, entre outros;
favorecer a ampliação da renda individual e familiar.

Ao nível comunitário, as atividades do Programa se revestem de duas dimensões, uma ligada diretamente ao idoso, com o propósito de engajá-lo na sociedade, e a outra, voltada para a comunidade, procurando conscientizá-la do papel que lhe cabe nesse intercâmbio de interesses, que é fundamental para garantir o aprimoramento dos padrões técnicos de assistência.

Nesse trabalho de conscientização tenta-se atingir, em primeiro lugar, o próprio idoso, para, em seguida, alcançar o grupo familiar e a comunidade.

A LBA vem procurando envolver, também, os organismos institucionais públicos e privados para a realização de um plano de ação nacional, adaptável às conveniências de cada região do País.

Nesse envolvimento comunitário, deve-se ressaltar o apoio técnico do Programa Nacional do Voluntariado, PRONAV/LBA, que, através de suas campanhas de mobilização e do continuado trabalho de seus elementos voluntários, vem se tornando um surpreendente e eficiente fator multiplicador das ações iniciadas.

De todas essas ações, gostaria de destacar aquelas que chamamos *laborativas* e que são voltadas para um aproveitamento mais produtivo e rentável do tempo ocioso dos idosos.

Já sobejamente realçada por todos os que se preocupam com o tema, a importância dessas atividades ocupacionais, como salientou Gilberto Freyre, um octogenário notável, fundamenta-se na oposição conceitual e existencial entre *os homens gastos pelo tempo e o tempo gasto pelos homens*.

É, pois, dentro dessa concepção de utilização e valorização do tempo e dos homens, que os projetos ocupacionais do Programa de Assistência aos Idosos da LBA são desenvolvidos.

As atividades laborativas são consideradas, no início, como terapêuticas. Quando o idoso é admitido no Programa, ainda na fase de liberação de tensões, é levado a participar de atividades sem qualquer preocupação específica de aprendizagem, mas sim voltadas para um engajamento inicial e gradativo, num processo de adaptação harmoniosa à nova realidade.

Num estágio mais avançado de adaptação, quando já se encontra num processo de integração julgado ideal, o idoso começa a participar de cursos com o compromisso de aprendizagem, que o tornarão capaz de contribuir para o aumento da renda familiar.

Surgem dessa fase os "Grupos de Produção", momento em que o idoso passa a ser considerado elemento decisivo e produtivo dentro da sociedade. Ele é tratado de forma igual, como qualquer um que produz e trabalha, dentro de suas possibilidades, e auge, por seus próprios meios e capacidade profissional, recursos para a sobrevivência. Conquista, assim, uma nova dimensão existencial e marca sua presença atuante na comunidade e principalmente na própria família, cujo relacionamento se modifica completamente.

Na execução indireta de nosso Programa, o atendimento é realizado mediante acordos firmados pela LBA com entidades públicas e particulares, para desenvolvimento da assistência aos idosos, nos regimes de externato, semi-internato e internato.

Em todas, mas sobretudo na modalidade de internato, as entidades especializadas se obrigam a um atendimento que engloba — além de alojamento e alimentação — programação de atividades sociais e ocupacionais, atendimento médico e de enfermagem e o fornecimento de medicamentos. As instituições conveniadas deverão contar sempre com uma equipe interprofissional composta de médico, psicólogo, assistente social, recreador, fisioterapeuta e enfermeiros.

Entretanto, é importante frisar que a internação do idoso é uma medida adotada como recurso extremo do Programa.

Há restrições de ordem técnica que se impõem para desestimular, sempre que possível, a segregação do idoso, através da internação.

Esse atendimento só é feito quando a avaliação sócio-econômica do idoso comprova:

Desgaste físico e mental, que impossibilita a auto-suficiência para as atividades da vida diária;

carência de recursos financeiros, próprios ou do grupo familiar, para prover alojamento;

inexistência de grupo familiar;

abandono total por parte da família.

Neste ano de 1982, Ano Nacional do Idoso, continuaremos a buscar um maior aperfeiçoamento e expansão do trabalho que vem sendo executado, buscando, igualmente, consolidar, cada vez mais, a "integração" inter-institucional e a uniformização dos objetivos e modalidades operacionais.

Um esclarecimento nacional mais profundo sobre os problemas da velhice, a intensificação de um trabalho sócio-educativo junto à família e à comunidade, a preparação do pessoal técnico, a elevação do padrão de desempenho das entidades, assim como a busca constante de novas alternativas de atuação, serão sempre as preocupações na LBA.

A insatisfação diante da problemática da terceira idade será nossa tônica, assim como é, estou certa, a de todos os que participam desta oportuna e indispensável Assembleia sobre problemas do envelhecimento.

O que pretendemos, como resultado final de nossas ações, é o estabelecimento de uma consciência, a criação de uma mentalidade coletiva de valorização social do idoso.

E que isso não seja favor, mas reconhecimento, gratidão e dever de justiça da sociedade.

Os mais velhos que não são nem puderam ser *notáveis* precisam ser *notados*.

A dignidade de vida, em qualquer idade, é um direito inalienável do ser humano.

E que fique, para todos, a lição poética e verdadeira de Mário Quintana, brasileiro e septuagenário ilustre:

"Nem todos podem estar na flor da idade, é claro. Mas cada um está na flor de sua idade."

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Estou recebendo do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Campos, Estado do Rio de Janeiro, Severino Veloso de Carvalho Neto, ofício em que me é comunicada a aprovação de requerimento do Vereador Helio de Freitas Coelho, solicitando "a aceleração das medidas com vistas a que sejam liberadas as contratações dos aprovados no último concurso para Auxiliar de Escritório da Caixa Econômica Federal, realizado em fins de 1980".

Tratando-se de reivindicação que envolve o interesse e até o direito de milhares de pessoas, submetidas a duríssimas provas de um concurso público, não posso deixar de atender ao apelo que me é feito, juntando a minha voz à da edilidade de Campos e à de todos os aprovados no referido concurso público, esperando que os responsáveis não se omitam e nem retardem as providências que lhes competem.

Lembro que o País vive época de dificuldades econômicas e sociais, com os mercados de trabalho sensivelmente escassos, até mesmo prejudicados pelo fantasma do desemprego que ronda os diversos contingentes de mão-de-obra disponíveis.

Os aprovados no concurso da Caixa não estão conseguindo obter emprego em outra parte, não porque não sejam qualificados — a aprovação no concurso prova o contrário —, mas porque, como já dito, inexistem disponibilidades no mercado.

De outra parte, se a Caixa fez realizar o concurso e até anunciou — como sóe acontecer — quantidades de vagas, é porque, certamente, precisa do trabalho — dos aprovados, nada justificando que continue a adiar sua designação ou contratação.

Por último desejo informar que a contratação aqui reivindicada não está alcançada pela vedação prevista no art. 9º da Lei nº 6.978, de 19 de janeiro de 1982, porque, justamente, se trata de contratar pessoal aprovado em concurso público. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — A sessão de amanhã será destinada, em caráter especial, a homenagear o Professor Euryclides de Jesus Zerbini, de acordo com deliberação anterior do Plenário, ao aprovar requerimento de autoria do Senador José Sarney e outros Srs. Senadores.

Desta forma, não serão designadas matérias para a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 16 horas e 45 minutos.*)

ATA DA 68ª SESSÃO REALIZADA EM 20-5-82

(Publicada no DCN-Seção II de 21-5-82)

Retificação

Na página 1687, 1ª coluna, após o Parecer nº 273, de 1982, da Comissão de Economia, sobre a Mensagem nº 355, de 1981, nas assinaturas que o acompanham,

Onde se lê:

Sala das Comissões, 24 de março de 1982. — José Silva, Presidente — ...

Leia-se

Sala das Comissões, 24 de março de 1982. — José Richa, Presidente — ...

SECRETARIA-GERAL DA MESA

RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS DE 1º A 31 DE MAIO (Art. 293, inciso II, do Regimento Interno)

Projetos aprovados e encaminhados à sanção

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, DE 1981 (nº 4.457/81, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza a doação, à Sociedade Brasileira de Geografia, do domínio útil do terreno que menciona, situado no Município e Estado do Rio de Janeiro. SESSÃO: 19-5-82. (extraordinária)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 1982 (nº 5.979/82, na Casa de origem), que reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores da Câmara dos Deputados, e dá outras providências. SESSÃO: 19-5-82. (extraordinária)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 1981 (nº 5.104/81, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza a doação, à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, de imóvel situado no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. SESSÃO: 20-5-82. (extraordinária)

Projetos aprovados e encaminhados à promulgação

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 1981 (nº 104/81, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo-SAR, concluída em Hamburgo, a 27 de abril de 1979, entre o Brasil e diversos países. SESSÃO: 19-5-82. (extraordinária)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 1981 (nº 101/81, na Câmara dos Deputados) que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Argentina, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, pelo qual se coordena a distribuição de canais para o Serviço Móvel Marítimo, na faixa de 2065 a 2107 kHz, concluído em Montevidéu, a 8 de julho de 1980. SESSÃO: 19-5-82. (extraordinária)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1980 (nº 49/80, na Câmara dos Deputados) que aprova o texto da Resolução nº WHA 29.38, aprovada pela 29ª Assembléia Mundial de Saúde, realizada em 1976. SESSÃO: 20-5-82. (extraordinária)

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 4, DE 1981 (Comissão de Economia), que autoriza a Prefeitura Municipal de Potirendaba, Estado de São Paulo, a elevar em Cr\$ 6.017.802,61 (seis milhões, dezessete mil, oitocentos e dois cruzeiros e sessenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada. SESSÃO: 26-5-82. (extraordinária)

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5, DE 1981 (Comissão de Economia), que autoriza a Prefeitura Municipal de Alterosa, Estado de Minas Gerais, a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. SESSÃO: 26-5-82. (extraordinária)

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 243, DE 1981 (Comissão de Economia), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 2.505.952.900,00 (dois bilhões, quinhentos e cinco milhões, novecentos e cinquenta e dois mil e novecentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. SESSÃO: 26-5-82 (extraordinária)

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 18, DE 1982 (Comissão de Finanças), que autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares americanos) destinada ao Programa de Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros daquele Estado. SESSÃO: 26-5-82. (extraordinária)

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6, DE 1981 (Comissão de Economia), que autoriza a Prefeitura Municipal de Bernardino de Campos, Estado de São Paulo, a elevar em Cr\$ 2.718.448,24 (dois milhões, setecentos e dezoito mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e vinte e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada. SESSÃO: 27-5-82. (extraordinária)

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 18, DE 1981 (Comissão de Economia), que autoriza a Prefeitura Municipal de Senhora de Oliveira, Estado de Minas Gerais, a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. SESSÃO: 27-5-82. (extraordinária)

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 123, DE 1981 (Comissão de Economia), que autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Florido, Estado de Minas Gerais, a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. SESSÃO: 27-5-82. (extraordinária)

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 130, DE 1981 (Comissão de Economia), que autoriza a Prefeitura Municipal de Dracena, Estado de São Paulo, a elevar em Cr\$ 15.457.279,03 (quinze milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, duzentos e setenta e nove cruzeiros e três centavos) o montante de sua dívida consolidada. SESSÃO: 27-5-82. (extraordinária)

Projetos aprovados e encaminhados à Câmara dos Deputados

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 1982, de autoria do Senador Itamar Franco, que fixa as especificações da cédula individual de votação a ser adotada no pleito eleitoral de 1982. SESSÃO: 19-5-82. (extraordinária)

EMENDA DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 1981 (nº 2.443/79, na Casa de origem), que altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovada pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e dá outras providências. SESSÃO: 26-5-82. (extraordinária)

EMENDAS DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 1982 (nº 5.495/81, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza a criação de Municípios no Território Federal de Roraima, e dá outras providências. SESSÃO: 27-5-82. (extraordinária)

Projetos Aprovados em Primeiro Turno

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 121, DE 1981 (nº 4.998/81, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco e dá outras providências. SESSÃO: 26-5-82. (extraordinária)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 1982 (nº 5.645/81, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás, e determina outras providências. SESSÃO: 26-5-82. (extraordinária)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, DE 1982 (nº 5.000/81, na Casa de origem) que dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão e dá outras providências. SESSÃO: 27-5-82. (extraordinária)

Projetos Aprovados em Turno Único e Encaminhados à Comissão de Redação

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 28, DE 1981 (nº 106/81, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos das Resoluções A4-1, que modifica o Artigo 13, e A4-3, que introduz o Artigo 12 bis no Estatuto da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil-CLAC, aprovadas pela 4ª Assembléia do referido organismo internacional, realizada em Bogotá, de 1º a 5 de dezembro de 1980. SESSÃO: 20-5-82. (extraordinária)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 1981 (nº 107/81, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das notas trocadas, em 16 de junho e 16 de julho de 1980, em Brasília, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, pelas quais foram introduzidas modificações no texto do Convênio sobre Transporte Marítimo, vigente entre os dois países. SESSÃO: 20-5-82. (extraordinária)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 35, DE 1981 (nº 86/81, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das notas trocadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, em Santiago, a 10 de outubro de 1980, que introduzem modificações no Convênio sobre Transporte Marítimo, concluído entre os dois países a 25 de abril de 1974. SESSÃO: 20-5-82. (extraordinária)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 40, DE 1981 (nº 95-B/81, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Emenda que modifica o art. 14 da Convenção para a Unificação de Certas Regras em Matéria de Assistência e Salvamento Marítimo, de 23 de setembro de 1910, concluído em Bruxelas, a 27 de maio de 1967. SESSÃO: 26-5-82. (extraordinária)

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 141, DE 1981 (Comissão de Economia), que autoriza a Prefeitura Municipal de Altinópolis (SP) a elevar em Cr\$ 11.282.510,68 (onze milhões, duzentos e oitenta e dois mil, quinhentos e dez cruzeiros e sessenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada. SESSÃO: 26-5-82.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 193, DE 1981 (Comissão de Economia), que autoriza a Prefeitura Municipal de Caputira (MG) a elevar em Cr\$

21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. SESSÃO: 26-5-82.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 89, DE 1981 (Comissão de Economia), que autoriza a Prefeitura Municipal de Engenheiro Navarro (MG) a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. SESSÃO: 27-5-82.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 174, DE 1981 (Comissão de Economia), que autoriza a Prefeitura Municipal de Unaí (MG) a elevar em Cr\$ 258.475.000,00 (duzentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. SESSÃO: 27-5-82.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 236, DE 1981 (Comissão de Economia), que autoriza a Prefeitura Municipal de Belém (PA) a elevar em Cr\$ 226.141.400,00 (duzentos e vinte e seis milhões, cento e quarenta e um mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. SESSÃO: 27-5-82.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 124, DE 1981 (Comissão de Economia), que autoriza a Prefeitura Municipal de Ituverava (SP) a elevar em Cr\$ 31.793.420,61 (trinta e um milhões, setecentos e noventa e três mil, quatrocentos e vinte cruzeiros e sessenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada. SESSÃO: 27-5-82.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, DE 1981 (nº 88/81, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Argentina, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, para a Coordenação de Consignações e Uso dos Canais de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na Faixa de Ondas Métricas (88-108 MHz), concluído em Montevideu, a 8 de julho de 1980.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 42, DE 1981 (nº 108/81, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai pelo qual se estabelece uma faixa *non aedificandi* ao longo da fronteira dos dois países, concluído em Assunção, por troca de Notas efetuada a 16 de setembro de 1980. SESSÃO: 27-5-82. (extraordinária)

Mensagens Aprovadas Relativas à Escolha de Autoridades

MENSAGEM Nº 26, DE 1982 (nº 87/82, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Heitor Pinto de Moura, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil à República da Guatemala. SESSÃO: 19-5-82. (extraordinária)

MENSAGEM Nº 76, DE 1982 (nº 173/82, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor Fernando Gonçalves, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Guido Fernando Mondin. SESSÃO: 26-5-82. (extraordinária)

MENSAGEM Nº 94, DE 1982 (nº 198/82, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor Orlando Teixeira da Costa, para exercer o Cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Raymundo de Souza Moura. SESSÃO: 26-5-82. (extraordinária)

MENSAGEM Nº 68, DE 1982 (nº 143/82, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Ítalo Zappa, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China. SESSÃO: 27-5-82. (extraordinária)

MENSAGEM Nº 90, DE 1982 (nº 191/82, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor João Luiz Arcias Netto, Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil, junto à República da Guiné-Equatorial. SESSÃO: 27-5-82. (extraordinária)

Projetos Rejeitados nos Termos do Art. 278 do Regimento Interno e Encaminhados ao Arquivo

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 178, DE 1979, de autoria do Senador Bernardino Viana, que acrescenta parágrafo ao artigo 5º do Decreto-lei nº 366, de 19 de dezembro de 1968, e dá outras providências. SESSÃO:???

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 87, DE 1980, de autoria do Senador Orestes Quêrcia, que revoga o artigo 14 da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978. SESSÃO: 27-5-82.